

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
número 19

O VERMELHO E O NEGRO: VIÉS DE COR E GÊNERO NAS CARREIRAS UNIVERSITÁRIAS

Kaizô Iwakami Beltrão

IBGE/ENCE

Moema De Poli Teixeira

IBGE/COPIS

Rio de Janeiro

2005

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3831-4

© IBGE. 2005

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2005.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Beltrão, Kaizô I. (Kaizô Iwakami)

O Vermelho e o negro : viés de cor e gênero nas carreiras universitárias / Kaizô Iwakami Beltrão, Moema De Poli Teixeira. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005.
p.75 - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 19)

Inclui bibliografia.
ISBN 85-240-3831-4

1. Cor da pele - Pesquisa - Brasil - 1960-2000. 2. Raças - Pesquisa - Brasil - 1960-2000. 3. Sexo - Diferenças (Educação) - Brasil. 4. Identidade social - Brasil. 5. Igualdade na educação - Brasil. 6. Brasil - Ocupações - Estatística. 7. Brasil - Censo demográfico. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais
RJ/2005-20

CDU 314.-054(81)
DEM

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 Testando Hipóteses	8
2. Conceitos	12
2.1 Cor	12
2.2 Instrução/Educação	14
2.3 Carreiras	16
3. Evolução dos cursos superiores no Brasil	19
3.1 A mulher e o ensino superior no Brasil	23
4. Distribuição da população por cor	25
5. Escolaridade da população	29
5.1 Nível médio	29
5.2 Nível Superior	34
6. Participação por sexo e cor nas diferentes carreiras	39
6.1 Participação por sexo nas diferentes carreiras	40
6.2 Participação por cor nas diferentes carreiras	47
7. Relação entre representatividades de sexo e cor	52
8. Comentários e Conclusões	60
9. Bibliografia	61
9. ANEXO	67
Carreiras Censo 1960	67
Carreiras Censo 1970	68
Carreiras Censo 1980	69
Carreiras Censo 1991	71
Carreiras Censo 2000	73

RESUMO

Este trabalho acompanha a população de nível superior no Brasil desde o Censo de 1960 até o Censo de 2000, a partir das variáveis de sexo e cor, procurando identificar as tendências de crescimento na participação de mulheres e de pretos e pardos nas diferentes carreiras universitárias. Estudos recentes têm apontado para a segmentação desse mercado universitário tanto para as mulheres (Bourdieu, 1999) quanto para os negros (Teixeira, 1998; Queiroz, 2000; Guimarães e Prandi, 2001). O presente texto pretende verificar as duas tendências no tempo, buscando observar se elas seguem ou não um mesmo padrão de seleção social e hierarquização nos moldes dos determinantes sócio-econômicos constatados por Ribeiro e Klein (1982) nos anos 80. O que se conclui é que sim, existe uma certa coincidência entre as trajetórias de acesso das mulheres e dos grupos de cor socialmente menos privilegiados. Os caminhos que representam exceções para os homens pretos e pardos são os mesmos considerados por Julien Sorel na obra de Stendhal: o Vermelho (carreira Militar – Defesa Nacional) e o Negro (carreira Eclesiástica - Teologia).

ABSTRACT

The work follows the population with an undergraduate degree in Brazil since the 1960 Census until the year 2000. It also considers the variables sex and color/race, trying to identify the trends in the participation of women as well as Blacks and the Mixed-race population in the different university careers. Recent studies have noted a gender segmentation of the labor (therein included university careers) market (Bourdieu, 1999) as well as a race segregation of the careers (Teixeira, 1998; Queiroz, 2000; Guimarães and Prandi, 2001). This text intends to observe these two trends in time, checking if they present (or not) a common pattern of social selection and pecking order, similar to the socio-economic determinant pattern found by Ribeiro and Klein (1982) in the 80s. The conclusion is that there is, to a certain extent, a coincidence among the paths of women and the less privileged racial/color groups in Brazil. The exceptions for Black and Mixed-race males are the same ones cogitated by Julien Sorel in *Stendhal: Le Rouge* (Red – a military career) and *le Noir* (Black – an ecclesiastic career).

1. INTRODUÇÃO

*“Julien não passava, talvez, uma hora do seu dia sem dizer-se que Bonaparte, tenente obscuro e sem fortuna, fizera-se o senhor do mundo com sua espada. ... Quando Bonaparte fez que falassem dele, a França tinha medo de ser invadida; o mérito militar era necessário e estava em moda. Hoje, vemos padres de quarenta anos com rendimentos anuais de cem mil francos, isto é, três vezes mais que os famosos generais da divisão de Napoleão. Eles precisam de pessoas que os apóiem. ...Preciso ser Padre (**O Vermelho e o Negro**, Stendhal, 2002, pp. 34-35).”*

Esta pesquisa parte dos estudos de Bourdieu e Passeron (1992) que procuraram desmistificar, a partir dos anos 70, a democratização do ensino demonstrando entre outras questões relativas à educação, que escolhas de carreira universitária possuem determinantes sociais.

O interesse por este tema surgiu a partir da constatação de que tanto as mulheres quanto os negros estão presentes na universidade de forma desigual aos homens brancos no que se refere às carreiras. Tudo indica que estes últimos dominam as carreiras de mais alto prestígio e status sociais. Assim,

pretendeu-se verificar até que ponto este mercado universitário coloca mulheres e negros em patamares próximos de escolha e possibilidades.

Embora Bourdieu faça referência em seus estudos mais especificamente à questão de gênero no livro “A dominação masculina” (1999), ele também menciona que os negros, tanto quanto às mulheres quanto ao sexo, trazem na cor da pele o estigma que afeta negativamente tudo o que são ou fazem. (1999:111):

“Por um lado, qualquer que seja a sua posição no espaço social, as mulheres têm em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo que, tal como a cor da pele para os negros, ou qualquer outro sinal de pertencer a um grupo social estigmatizado afeta negativamente tudo que elas são e fazem e está na própria base de um conjunto sistemático de diferenças homólogas”.

E complementa, afirmando quanto à questão racial (1999: 8):

“Essa relação extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante como pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele”.

Bourdieu identifica, ainda, o que denomina de *carreiras femininas*, numa listagem de 335 carreiras segundo a percentagem de seus membros que são mulheres, que conduziriam a profissões cujo eixo principal seria o cuidado de crianças (professora primária), de doenças (enfermagem e nutrição), de casas (empregadas domésticas) e de pessoas (secretárias, recepcionistas). Seriam três os eixos principais que orientariam, segundo sua análise, as escolhas das mulheres: as funções que lhes conviriam seriam aquelas que sugerem o prolongamento das funções domésticas – ensino, cuidado e serviços uma vez que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e, por último, ao homem deve caber o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das

máquinas.(1999:113). De certa forma isto caracteriza as bases da divisão sexual do trabalho que ajuda a explicar, em parte, o hiato salarial de gênero no mercado de trabalho.

Recentemente no país, teses universitárias (Teixeira 1998, Queiroz 2000) de censos de estudantes de terceiro grau realizados em algumas universidades brasileiras (UFBA, USP, UERJ, UFF, UFMT, UNICAMP) têm constatado que a presença negra na universidade, além de reduzida é desigual e restrita a algumas áreas de menor prestígio e de mais fácil ingresso nos exames vestibulares, como Serviço Social, Pedagogia, Biblioteconomia e Arquivologia.

O objetivo principal do presente estudo é fazer um paralelo entre esses dois campos de análise da seleção universitária – o de gênero e o de cor, identificando em que sentido e dimensões os dois campos ou questões se cruzam ou se identificam no tempo e no espaço.

1.1 Testando Hipóteses

Partindo dos estudos que mostram que pretos e pardos se inserem preferencialmente em carreiras de menor status e prestígio social, a primeira questão a ser discutida seria a escala de prestígio em que a asserção está baseada. Como estabelecer essa hierarquia? Via salários? Via relação candidatos/vagas? Via pesquisa qualitativa/quantitativa realizada especificamente para este fim? Via oferta de posições? Via quantidade de executivos com a formação específica?

Estamos sugerindo que essa discussão comece testando uma hipótese básica inspirada nos estudos de Bourdieu. Ou seja, se é verdade que (como alega Bourdieu) as profissões mais femininas têm um valor de mercado (e

social) mais baixo, uma escolha “natural” para os grupos menos privilegiados seria o de acesso (por exemplo, a um curso superior) nas carreiras menos masculinas.

A opção por trabalhar com a área de formação de terceiro grau considera o imaginário coletivo das possibilidades abertas para todos os grupos de cor ainda no campo das aspirações individuais, embora existam fatores limitadores destas possibilidades atuando dentro das escolas influenciando nessas escolhas pessoais de carreira. Estudos já realizados sobre os exames vestibulares verificaram que o processo de seleção ao ensino superior está fortemente condicionado pela estrutura social, o que torna a entrada na universidade uma seleção de pré-selecionados (RIBEIRO & KLEIN, 1982). Cunha diz textualmente que: “Uma das funções da educação superior é a discriminação social através da seleção/diplomação visando à reprodução das hierarquias sociais”. Segundo Ribeiro e Klein, “... as carreiras e instituições de maior prestígio selecionam candidatos cada vez mais homogêneos em termos sócio-econômicos, ao passo que os candidatos de carreira e instituições de menor prestígio se distanciam cada vez mais das características dos primeiros. O vestibular, atualmente (anos 80), realiza sua seleção, na realidade, em duas etapas. A primeira, pode ser identificada como pré-seleção (escolha da carreira por ocasião da inscrição no vestibular). Numa segunda etapa, os exames do vestibular realizam uma seleção já dentro de um universo pré-selecionado.” (1982:33)

Mais recentemente, LIMONGI et alii (2002) apresentam dados do vestibular da USP, referentes à probabilidade de sucesso e notas médias, que corroboram a idéia do hiato socioeconômico, seja considerando-se o grupo de cor, a renda familiar ou mesmo o sexo. Depreende-se também dos dados que grupos socialmente menos afluentes apresentam uma maior diferença dos grupos mais afluentes nas carreiras mais competitivas. Por exemplo, as notas

e as taxas de sucesso dos brancos são maiores nos diferentes cursos pretendidos do que as correspondentes dos pretos e pardos e com um maior hiato entre os candidatos de Medicina que entre os de Letras. Situação semelhante é encontrada quando se comparam homens e mulheres, e grupos de renda selecionados.

Como já dito anteriormente, vamos trabalhar com a área de formação de terceiro grau já que a escolha individual de curso e carreira diz respeito à auto-imagem e à percepção pessoal de que caminhos e alternativas são-lhe oferecidas. Se enfocássemos as profissões exercidas existiriam níveis de seleção próprios da dinâmica do mercado de trabalho atuando nas relações dos diferentes grupos de cor que incluiriam outro nível de complexidade no resultado.

Optamos por considerar como indicador da participação relativa por sexo, a razão de masculinidade, igual ao quociente da população masculina e feminina (para uma dada carreira) e como indicador da participação relativa por grupo de cor o quociente da fração de indivíduos do grupo específico de cor na carreira em questão e da fração de indivíduos do grupo específico de cor em todas as carreiras de nível superior.

Utilizamos os dados dos censos demográficos de 1960, 1980, 1991 e 2000. O Censo de 1970 não levantou a variável cor e o censo de 2000 levantou a informação de uma outra forma, subestimando os indivíduos que terminaram o curso superior, na medida que somente os indivíduos fora da escola responderam o quesito "4.35 qual a espécie do curso mais elevado concluído". Ou seja, ficaram de fora do levantamento não só os indivíduos inscritos em cursos de mestrado ou doutorado, mas também aqueles cursando

uma segunda graduação¹. Consideramos 5 grupos de cor como levantado nos censos brasileiros, a saber: brancos, pretos, pardos, amarelos e indígenas. A desagregação de “indígenas” só está disponível nos dois últimos censos estudados.

Este texto é composto de oito seções. A primeira é esta introdução. A segunda seção discute os conceitos de cor, os ligados a instrução/educação e carreiras universitárias como foram coletadas nos diferentes censos utilizados neste texto. A terceira seção faz um breve histórico da evolução dos cursos superiores no Brasil. Na quarta seção, para contextualizar a situação dos diferentes grupos de cor no Brasil, apresenta-se a distribuição através dos Censos da população assim desagregada. A quinta seção apresenta um resumo da situação dos diferentes grupos de cor frente as duas últimas etapas do ensino formal: o segundo e o terceiro graus. A sexta seção apresenta a participação desses diferentes grupos nas carreias, primeiro por sexo e depois por grupos de cor. A sétima seção apresenta as informações coletadas e as análises correspondentes. A oitava seção é de comentários e conclusões. Para cotejar as informações disponibilizadas nos gráficos apresentamos no anexo a listagem de carreias como levantados nos Censos de 1960 a 2000, bem como a razão de sexo para cada carreira e as proporções de indivíduos de cada grupo de cor.

¹ O erro estimado para a proporção de indivíduos nesta situação não é pequeno para certos grupos etários mais jovens, mas assumimos que não deveria afetar as proporções de homens/mulheres e dos diferentes grupos de cor.

2. Conceitos

2.1 Cor

Já no censo de 1872 investigaram-se atributos referentes à cor² da população. Embora o quesito pesquisado fosse apenas 'cor', usava-se o termo 'caboclo' como opção de cor junto a branco, preto e pardo, o que vinha a demonstrar uma certa ambigüidade na definição do conceito. Na categoria 'caboclo' estaria incluída, sem distinção de tribo, toda a população indígena do país. Ainda que a categoria de pardos açambarcasse nominalmente todos os mestiços, a ênfase era a da mestiçagem de brancos com negros. Já em 1890, a cor parda foi substituída pela categoria 'mestiço', indicação mais genérica, que incluía também os diversos resultados de fusão com a população indígena. Nos censos seguintes, nenhum quesito sobre cor foi pesquisado e somente em 1940 é re-incluído no questionário censitário. "No Censo de 1940, a classificação segundo a cor resultou das respostas ao quesito proposto, dadas de acordo com a seguinte forma de declaração preceituada nas instruções: 'responda-se *preta, branca, amarela*, sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lance-se um traço horizontal no lugar reservado para a resposta". Daí resultou a classificação da população em três grandes grupos – *pretos, brancos e amarelos* – e a constituição de um grupo genérico sob a designação de *pardos*, para os que registraram declarações outras como 'caboclo', 'mulato', 'moreno', etc, ou se limitaram ao lançamento do traço. Somente nos casos de completa omissão da resposta foi atribuída a designação 'cor não declarada'. Quase todas as tabulações agregaram a 'cor não declarada' com os 'pardos' atendendo ao pequeno número dos que constituíam o primeiro desses grupos e "...ainda a que a omissão da resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da

² Ainda que entendamos que o conceito possa ter variado no tempo – ver Carvalho et alii (2004).

mestiçagem” (IBGE, 1940). Ainda que o questionário utilizasse somente o termo cor, a análise discursiva realizada na seção de “Cultura Brasileira” foi denominada de “O país e a raça” (IBGE, 1950). Depois de uma descrição do relevo, topologia, fauna, flora, recursos minerais e clima do país, passa a descrever as “...origens do povo brasileiro”. O texto apresenta um certo viés, onde a raça predominante é a do branco europeu e a certeza de um embranquecimento gradativo fortalecido pela imigração.

Note que com o aumento da imigração a categoria amarela foi incluída entre as respostas possíveis. Não parecia haver uma instrução explícita sobre a quem deveria caber a responsabilidade da resposta: se deveria ser uma autodeclaração ou se o recenseador faria a classificação. Já no “.. Censo de 1950, a declaração foi deixado à discricção do recenseado, emprestando, assim, maior precisão aos resultados censitários”, como explicitado na publicação (IBGE, 1950). Nesses sentido, no que diz respeito à cor, o censo de 1950 manteve a estrutura do censo anterior, e a população foi distribuída em quatro grupos: brancos, pretos, amarelos e pardos; sendo que este último grupo incluiu os índios e os que se declararam mulatos, caboclos, cafuzos, etc. Na introdução ao censo, é feita a ressalva de que a população aborígene (sic.) não foi totalmente levantada. “Informações indiretas e imparciais foram obtidas, no entanto, por intermédio das declarações alusivas à cor e à língua falada”. No censo de 1960, a população, tal como no censo anterior, foi dividida em brancos, pretos, amarelos e pardos. Os indígenas continuaram a ser incluídos neste último grupo. O Censo de 1960 inovou em duas frentes: primeiro definiu uma amostra com um questionário maior no qual o quesito cor estava incluído; segundo, pré-codificou o quesito de cor que anteriormente era preenchido por extenso pelo recenseador. No censo de 1970 não foi levantada a cor da população brasileira. No entanto, para efeito comparativo, os dados relativos a esse período serão apresentados para o total da população. No censo de 1980, a população continuou a ser classificada em branca, preta,

amarela e parda (mulata, mestiça, índia, cabocla, mameluca, cafuza, etc). Foi somente a partir do censo de 1991 que a população indígena passou a ser mais uma vez enumerada separadamente da parda, o que possivelmente teria gerado a inclusão do termo “raça” ao quesito. Passam, então, a ser possíveis as seguintes respostas em relação à cor ou raça: branca, preta, amarela, parda (mulata, mestiça, cabocla, mameluca, cafuza, etc.) e indígena, classificação que se aplica tanto aos que vivem em aldeamento como aos que vivem fora. De acordo com o *Manual do recenseador* de 2000, enquadram-se na classificação de raça amarela as pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana, etc. O *Manual do Recenseador* do censo de 1991, no que se refere à cor ou raça amarela, é mais explícito, adicionando a expressão “e seus descendentes” à especificação anterior.

É importante mencionar que os dados sobre a cor dos indivíduos, a partir do Censo de 1980, só são coletados nos questionários aplicados a uma amostra populacional. Esse quesito não está presente no questionário básico, e os dados apresentados neste texto são o resultado da expansão da amostra³.

2.2 Instrução/Educação

O Brasil tem uma longa tradição de levantamentos censitários com informações sobre instrução/educação, ainda que os quesitos e os enfoques tenham variado um pouco no tempo. O Censo de 1872 apresenta como indicadores de instrução/educação a alfabetização e a frequência escolar das crianças de 6 a 15 anos. O Censo de 1890 inclui estudante como uma das profissões possíveis e dessa forma sem um quesito específico sobre frequência escolar consegue levantar a informação agregada. Privilegia, porém a

³ Esta amostra foi de 25% nos censos anteriores a 1991. A partir de 1991 a fração amostral foi variável, dependendo do tamanho do município, 10% para municípios com mais de 15000 habitantes e 20% para os demais.

informação sobre nível superior quando “..investiga, em separado, a designação do título ou diploma científico, literário ou artístico” (Oliveira, 2003). O Censo de 1920 no quesito de “instrução” levanta a informação de alfabetização e no quesito “profissão” inclui a possibilidade da categoria de “estudantes” e “aprendizes”.

“Embora o Censo Demográfico represente apenas uma fonte ocasional de informações sobre a difusão e eficácia da instrução, o campo de pesquisa, no levantamento censitário de 1940, foi sensivelmente ampliado, constando dos questionários 7 quesitos que visaram a verificar o estado e, em parte, as perspectivas da instrução do povo brasileiro” (IBGE, 1950). Além da informação de alfabetização, para a população entre 5 e 40 anos foi verificada a frequência escolar e para a população com 10 anos e mais, o grau de instrução alcançado, inclusive com a informação da espécie do curso completo ou diploma possuído.

O Censo de 1950 voltou a levantar a informação sobre alfabetização e “nos moldes propostos pelo Comitê do Censo das Américas, pesquisou-se o nível educacional, mediante o levantamento do número de pessoas que estavam freqüentando ou haviam freqüentado algum curso, especificando-se o grau do ensino e a última série em que obtiveram aprovação”. Na época, a não uniformização da duração dos cursos afetou de alguma forma os resultados. Este Censo perguntou também o grau do último curso concluído. No Censo de 1940, esta informação foi inferida a partir do quesito de frequência à escola. O Censo de 1960 levantou a mesmas informações, diferindo apenas no detalhamento dos cursos.

Tabela 1 - Informações referentes à instrução/educação coletadas nos Censos brasileiros

Informação	ANO										
	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Alfabetização	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Frequência à Escola	X	X			X	X	X	X	X	X	X
Curso Frequentado						X	X	X	X	X	X
Grau de Instrução					X	X	X	X	X	X	X
Curso Concluído		X				X	X	X	X	X	X

Fonte: Hakkert (1996) e IBGE (2000)

O Censo de 1980 considerou "... como frequência à escola não só o atendimento a cursos regulares, mas também a Pré-escolar, Alfabetização de adultos, supletivo (frequentando escola ou através de rádio ou TV), Vestibular, Mestrado ou Doutorado, mesmo que a pessoa já houvesse concluído um curso e estivesse frequentando outro do mesmo grau ou de grau inferior" (IBGE, 1980). O Censo de 1991 repetiu o procedimento do Censo anterior. O Censo de 2000 modificou a ordenação dos quesitos e só perguntou sobre o curso mais alto concluído aos indivíduos que não frequentavam escola. Para os que frequentavam, supôs-se que este seria o curso mais alto. Isto pode ter acarretado numa não comparabilidade estrita dos dados dos de mais censos com o de 2000 e um decréscimo na mensuração nos níveis educacionais no último censo.

Alguns censos publicaram também informações sobre anos de estudo. Esta, porém, foi uma variável secundária baseada nas estatísticas de último grau e curso concluído.

2.3 Carreiras

Os Censos do período levantaram a informação do grau e da espécie do curso completo de nível mais elevado. Neste texto vamos nos restringir aos cursos de nível superior (ver Anexo). No Censo de 1960 os "... cursos

superiores são apresentados em subgrupos correspondentes aos seguintes cursos: *Ciências* – bacharelado e didática de: Geografia e História; História Natural; Matemática; Física, Química e Desenho; *Tecnologia* – Engenharia, Química Industrial, Agronomia e Arquitetura; *Medicina e Serviços Sanitários*: Medicina, Veterinária, Odontologia, Farmácia e Serviços Sanitários; Direito e Economia – Direito e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais; *Letras e Belas Artes* – Letras Clássicas, Neolatinas e Anglogermânicas e Belas Artes; e *Outros Cursos*.” Assumindo que estes são os cursos principais oferecidos no país, já se nota agrupamentos em torno de distinções de gênero e mesmo a apresentação já tem uma conotação hierárquica das áreas.

Em 1980, o mesmo quesito foi levantado. As instruções não listam os tipos de cursos e áreas que só podem ser reconhecidos a partir das tabulações disponibilizadas. O ensino superior é desagregado em (usando a mesma ordenação da tabulação): *Ciências biológicas e da Saúde* – Biologia, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Odontologia e Outros; *Ciências Exatas e Tecnológicas* – Arquitetura e Urbanismo, Ciências, ciências da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Eletrônica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Química Industrial, Outras Engenharias (não classificadas ou mal definidas); Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, Outros (exclusive Engenharia); *Ciências Agrárias* – Agronomia, Medicina Veterinária, Outros; *Ciências Humanas e Sociais* – Administração, Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais, Comunicação Social, Direito, Filosofia, Geografia, História, Pedagogia, Psicologia, Serviço Social, Teologia, Outros; *Letras e Artes* – Letras, Artes; *Defesa Nacional* – Militar; Outros Cursos de Grau superior.

Em 1991, as composições do grau e da espécie de curso completo de nível mais elevado listam para o curso superior (IBGE, 1991): *Ciências*

Biológicas e da Saúde – Biologia (inclui biomedicina, biologia, ciências biológicas e afins), Educação Física (inclui técnico de desportos), Enfermagem, Farmácia (inclui farmácia bioquímica e afins), Medicina, Odontologia, Outros (inclui Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional); *Ciências Exatas e Tecnológicas* – Arquitetura e Urbanismo, Ciências, Ciências da Computação (inclui processamento de dados, análise, engenharia de sistemas, informática e afins), Engenharia Civil (inclui Engenharia de Edificações, Pontes e Estradas, Pavimentação , etc), Engenharia Elétrica e Eletrônica (inclui Eletrotécnica, Telecomunicações, Comunicações, etc), Engenharia Mecânica (inclui Engenharia Naval, Aeronáutica, Metalúrgica, Mecânica de Automóveis, etc), Engenharia Química e Química Industrial (inclui Tecnologia de Alimentos, Engenharia de Alimentos, Engenharia Petroquímica, etc), Outras Engenharias (não classificadas ou mal definidas); Estatística, Física, Geologia, Matemática, Química, Outros (exclusive Engenharia); *Ciências Agrárias* – Agronomia (inclui Ciências Agrícolas, Engenharia Agrícola e Engenharia Florestal), Medicina Veterinária, Outros (inclui Agrimensura, Engenharia de Pesca, Zootecnia, Fitotecnia, etc); *Ciências Humanas e Sociais* – Administração (inclui Secretariado, Administração de Empresas, Administração Pública, etc), Biblioteconomia (inclui Arquivologia), Ciências Contábeis e Atuariais, Ciências Econômicas, Ciências e Estudos Sociais (inclui Sociologia, Ciências Políticas e Sociais, Antropologia, etc), Comunicação Social (inclui Editoração, Jornalismo, Radio e Televisão, Publicidade, Turismo, etc), Direito (inclui Relações Internacionais), Filosofia, Geografia, História, Pedagogia (inclui Administração Escola, Educação Especial, Orientação Educacional, Formação de Professores, etc), Psicologia, Serviço Social, Teologia, Outros (inclui Museologia, Arqueologia, etc); *Letras e Artes* – Letras (inclui Tradutor, Intérprete, Lingüística), Artes (inclui Cinema, Comunicação Visual, Dança; Desenho, História da Arte, Música, Teatro, etc); *Defesa Nacional* – Militar; Outros Cursos de Grau superior.

Em 2000 o Censo usou, para a tabulação divulgada (IBGE, 2000), uma desagregação completamente diferente para as áreas gerais e específicas de formação: *Educação* – Formação de Professores e Ciências da Educação; *Arte, Humanidades e Letras* – Artes, Humanidades e Letras; *Ciências Sociais, Administração e Direito* – Ciências Sociais e Comportamentais, Comunicação, Jornalismo e Informação, Comércio e Administração, Direito; *Ciências, Matemática e Computação* – Ciências da Vida, Ciências Físicas, Matemática e Estatística, Computação; *Engenharia, Produção e Construção* – Engenharia e Profissões Correlatas, Produção e Processamento, Arquitetura e Construção; *Agricultura e Veterinária* – Agricultura, Silvicultura e Recursos Pesqueiros, Veterinária; *Saúde e Bem Estar Social* – Saúde, Serviço Social; *Serviços* – Serviços Pessoais, Serviços de transporte, Preservação Ambiental, Serviços de segurança; Área de formação mal definida. No entanto, a lista de cursos superiores concluídos (ver Anexo) se diferencia da lista de 1991 principalmente pela inclusão de novas categorias referentes a Mestrado e Doutorado.

3. Evolução dos cursos superiores no Brasil

Seguindo Soares (2002) o ensino superior brasileiro pode ser dividido em 5 etapas:

- i) **Século XIX** – ao contrário das colônias da coroa espanhola, nas colônias portuguesas a educação superior não foi uma prioridade. As elites eram educadas em Portugal mesmo (Coimbra) dentro de um plano de unificação cultural do império português dentro de um espírito de “Contra-reforma”. Só com a chegada da família real e a ascensão do Brasil à qualidade de Reino Unido a Portugal e Algarves que os primeiros cursos são criados. O Curso de Medicina, em Salvador, e mais tarde com a vinda da família real para o Rio na nova capital foram os primeiros. Mais tarde foram criados cursos de direito

em Olinda e São Paulo e a Escola de Minas em Ouro Preto. As primeiras faculdades brasileiras (Medicina, Direito e Politécnica) constituíam-se em instituições isoladas, com orientação profissionalizante no modelo francês, localizadas em grandes centros;

ii) A República Velha (1889-1930) – Só em 1920, perto das comemorações do centenário da independência do Brasil, foi criada a primeira universidade no País. Parte do atraso se deve a concepção positivistas dos militares que proclamaram a república que consideravam a universidade uma instituição ultrapassada e inapropriada para um jovem país;

iii) A Nova República (1930-1964) – No governo do presidente Vargas foi criado o Ministério de Educação e Saúde e foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras. O estatuto definia que as universidades poderiam ser públicas, de qualquer das três esferas, ou privadas e deveriam oferecer ao menos três dos seis cursos considerados principais à época: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. A ênfase na faculdade de Educação visava a formação de educadores para o nível médio, prioridade do então ministro. As três universidades criadas no curto período que se seguiu, expressavam os diferentes pontos de vista dos educadores, políticos e líderes religiosos da época: Anísio Teixeira, como educador, criou a Universidade do Distrito Federal voltada à cultura e à pesquisa, que foi extinta quatro anos depois por falta de apoio político; Gustavo Capanema, ministro da educação no período autoritário do Estado Novo criou a Universidade do Brasil que deveria servir como paradigma de todas as universidades do país; e os jesuítas, seguindo as diretrizes do primeiro congresso católico de educação, realizado em 1934, que pretendia reintroduzir os princípios

morais da religião cristã nas elites brasileiras, criaram a primeira universidade católica em 1946. São Paulo, como parte de um ambicioso projeto político de retomada do poder cria, em 1934, a Universidade de São Paulo. Inovou na organização, fazendo da Faculdade de Filosofia, criada a partir da agregação de faculdades tradicionais e independentes, o eixo central das atividades de ensino e pesquisa. Mesmo contando com um corpo docente altamente qualificado e uma ampla oferta de cursos, a elite paulista continuou fiel aos cursos tradicionais: Medicina, Engenharia e Direito. Nos anos 40, a ampliação do ensino de nível médio e a entrada da mulher no mercado de trabalho, sobretudo no magistério, facilitou a freqüência feminina nos cursos oferecidos pelas Faculdades de Filosofia. Estas faculdades, freqüentemente não passavam de um aglomerado de cursos desconexos para formação de professores e sem nenhum compromisso com a pesquisa. No período populista (1945/64) ocorreu um processo de integração do ensino superior: surgimento de novas universidades, federalização de grande parte destas e uma concentração do alunado nestas instituições (65%). A primeira Lei de Diretrizes e Bases, promulgada em 1961, reforçou o modelo tradicional de instituições de ensino superior e fortaleceu a centralização. A transferência da capital para Brasília criou a necessidade de uma nova universidade. A Universidade de Brasília fundamentou-se não mais em cátedras, mas em departamentos, com uma maior flexibilidade e uma proposta de integração dos cursos oferecidos, por oposição a simples justaposição que acontecia nas outras universidades criadas a partir de aglutinação de diferentes centros de ensino.

- iv) Os governos militares e a expansão da pesquisa (1964 – 1985) –**
No período militar, num período de insulamento burocrático onde as

decisões eram tomadas pelos técnicos, as universidades passaram a ser objeto de um maior controle pelo governo federal. A Lei da reforma Universitária criou, entre outras coisas, os departamentos com chefias rotatórias, o sistema de créditos, o vestibular classificatório (antes era eliminatório), os cursos de curta duração, o ciclo básico, o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva. Fortalecendo o vínculo entre o ensino e a pesquisa, a reforma valorizou a titulação e a produção científica, abrindo caminho para uma maior profissionalização do corpo docente e para o ensino de pós-graduação no país. A demanda por vagas não consegue pressionar o setor público e abre um nicho de mercado para a expansão do ensino privado, principalmente nas periferias das metrópoles e cidades de porte médio dos estados mais desenvolvidos. Em 1980, 86% dos universitários estavam em faculdades privadas.

- v) **Redemocratização política (1985 - até agora)** A constituinte foi palco para acirrada disputa de grupos contra e a favor da alocação de verbas públicas exclusivamente para instituições públicas. A Constituição determinou um mínimo de 18% da receita de impostos da União para o ensino, a gratuidade do ensino público e reiterou a vinculação entre ensino superior e pesquisa. Em 1996, em substituição à antiga Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a de número 4024, foi promulgada a Lei 9394. Esta Lei estabeleceu os níveis escolares, as modalidades de educação e ensino, instituiu a avaliação dos cursos de graduação e das próprias instituições de ensino superior, ampliou a consignação da verba para educação de estados, municípios e do distrito federal para 25%, entre outros. Legislação posterior definiu as atribuições e graus de autonomia dos diferentes tipos de instituição de ensino superior, indo desde a autonomia mais

completa de criação de vagas para docentes e cursos para as universidades até a mais restrita para IES.

3.1 A mulher e o ensino superior no Brasil⁴

A reversão do hiato de gênero na educação é uma conquista feminina recente na história do Brasil. Durante o período colonial as mulheres brasileiras foram simplesmente excluídas da parca educação formal existente no país. Foi apenas a partir da primeira metade do séc. XIX que começaram a surgir as primeiras instituições destinadas, especificamente, à educação feminina, num quadro de ensino dual, com claras especializações de gênero. Ao sexo feminino coube, em geral, a educação primária, com forte conteúdo moral e social, dirigido para o fortalecimento dos papéis de mãe e esposa. A educação secundária feminina ficava restrita, em grande medida, ao magistério, isto é, formação de professoras para os cursos primários. As mulheres continuaram excluídas dos graus mais elevados de instrução durante o século XIX. A tônica permanecia na agulha, não na caneta. A primeira escola foi criada em Niterói, no ano de 1835, seguida pela da Bahia, em 1836. Mas as escolas normais permaneceram em número pequeno e insignificante em matrículas, até os últimos anos do Império. (Hahner, 1981).

Se o sexo feminino tinha dificuldades de acesso ao ensino elementar, a educação superior era eminentemente masculina, ficando as mulheres excluídas dos primeiros cursos de Medicina (1808), Engenharia (1810) e Direito surgidos no país. O decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, os estudos secundários eram caros e essencialmente masculinos. Os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades. A primeira mulher a obter o título de médica no Brasil foi

⁴ A questão de gênero e educação é desenvolvida mais extensamente em Beltrão e Alves (2004).

Rita Lobato Velho Lopes, em 1887. O importante a notar é que, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, a exclusão feminina dos cursos secundários inviabilizou a entrada das mulheres nos cursos superiores. Assim, a dualidade e a segmentação de gênero estiveram, desde sempre, presentes na gênese do sistema educacional brasileiro, sendo que as mulheres tinham menores taxas de alfabetização e tinham acesso restrito nos graus mais elevados de instrução (Romaneli, 2001).

As mulheres brasileiras aumentaram a entrada no ensino secundário e superior apenas no início do séc. XX, ainda assim em proporção muito menor do que os homens. Dados sobre o número de inscritos por sexo nos ensinos secundário e superior entre 1907 e 1912 (IBGE, 2003) mostram que apenas um quarto do total de estudantes dos cursos secundários eram mulheres e nos cursos superiores, não mais do que 1,5%.

Não podemos esquecer que foi só com a LDB, promulgada em 1961, equiparando os cursos de nível médio (normal, clássico e científico), que as mulheres que tinham seguido o curso normal (até então um curso terminal) puderam concorrer nos vestibulares às carreiras de ensino superior.

Trigo (1994) diz que “ainda que só depois dos anos 60 tenha surgido com maior expressão a figura da mulher profissional exercendo carreiras liberais ou acadêmicas, fruto de uma formação universitária, mudanças no universo das relações de gênero e no imaginário familiar com respeito ao lugar social da mulher já podem ser percebidas desde a década de 30 com a criação da USP e da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, fato determinante para o acesso das mulheres aos estudos superiores.”

Lewin (1977) já alertava que a abertura do ensino superior às mulheres de alguma forma manteve uma segregação nas escolhas possíveis entre as carreiras ditas masculinas e as femininas. Além disso, exemplificando com a

carreira de psicologia o ocorrido com os cursos de nível superior, descreve um período de expansão da oferta de vagas, principalmente na iniciativa privada e preenchidas preferencialmente por mulheres. Cumpre notar que a estas novas vagas estava associada uma impressão de mais baixa qualidade de ensino do que nas universidades públicas ou nas pré-existentes universidades católicas. Bruschine (1983) levanta a hipótese de que carreiras femininas como a psicologia permitiriam uma maior flexibilidade de escolhas posteriores pela sua não tecnicidade, adequando-se à condição feminina como difundido nas normas socialmente aceitas.

Foi apenas a partir de meados dos anos 80, com o processo de redemocratização do país, as políticas públicas voltadas para a universalização da educação básica e o continuado aumento da oferta de vagas com a expansão das universidades privadas que as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero na educação em todos os níveis. “Elas souberam aproveitar as oportunidades criadas pelas transformações estruturais e institucionais ocorridas no país” (Beltrão & Alves, 2004)

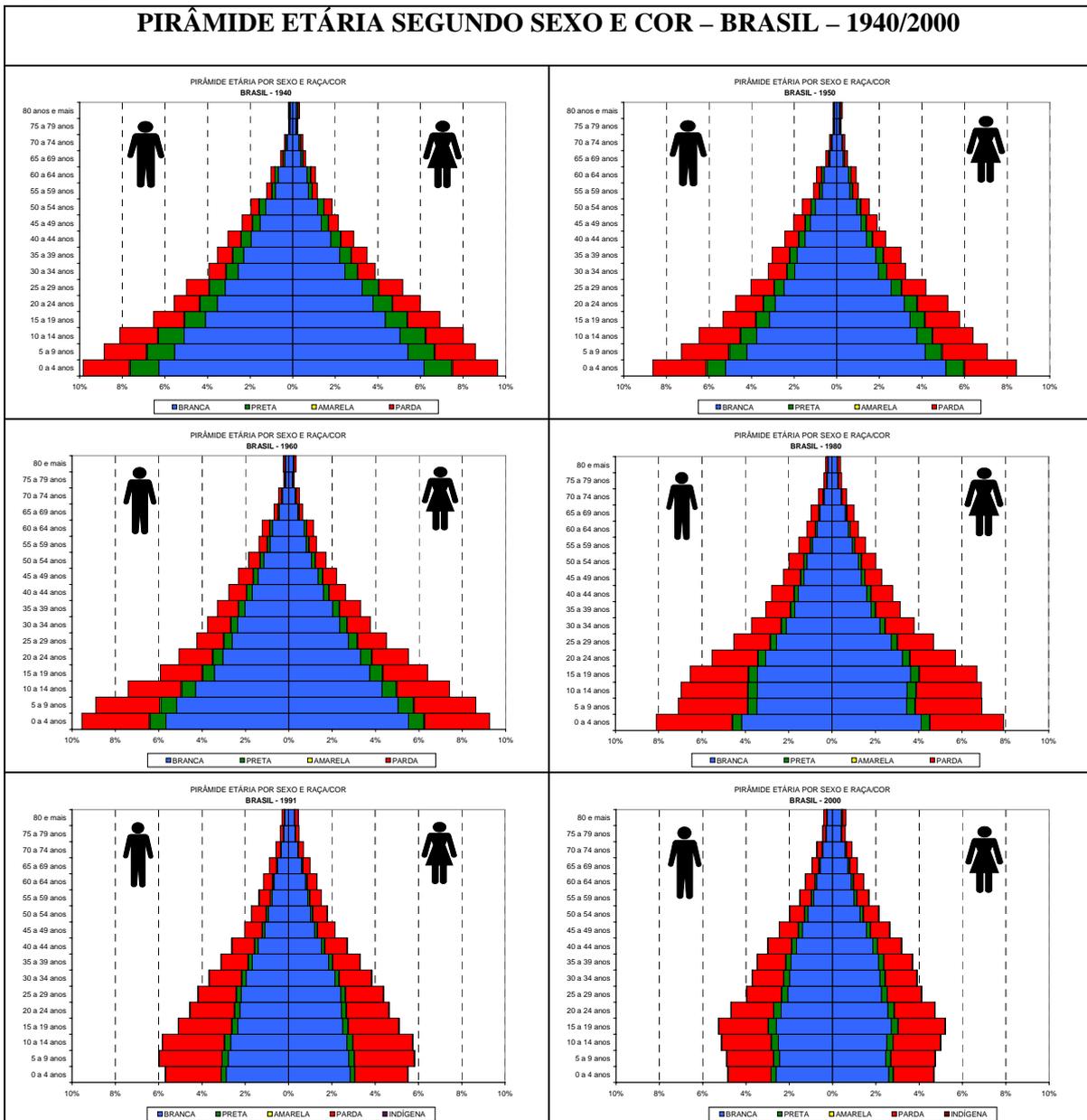
Rosemberg (2001), analisando dados do MEC/INEP de matrícula na educação profissional constata a persistência de uma segmentação das carreiras semelhante ao já apontado por Lewin (1977): “mulheres tendem a seguir cursos propedêuticos e homens cursos profissionais.” No entanto ao analisar os dados do ENC (que não inclui nem a totalidade dos graduandos nem a dos cursos) conclui por uma feminização de certas carreiras anteriormente de predominância masculina.

4. Distribuição da população por cor

O Gráfico 1 apresenta as distribuições por cor ou raça, sexo e grupo etário para a população brasileira nos anos censitários desde 1940. Como se pode ver na seqüência desses gráficos e na Tabela 2, a população brasileira

como um todo apresentou uma queda na fecundidade (notável pela constrição da base das pirâmides etárias) e um aumento da longevidade (notável pelo alargamento do pico das pirâmides).

Gráfico 1

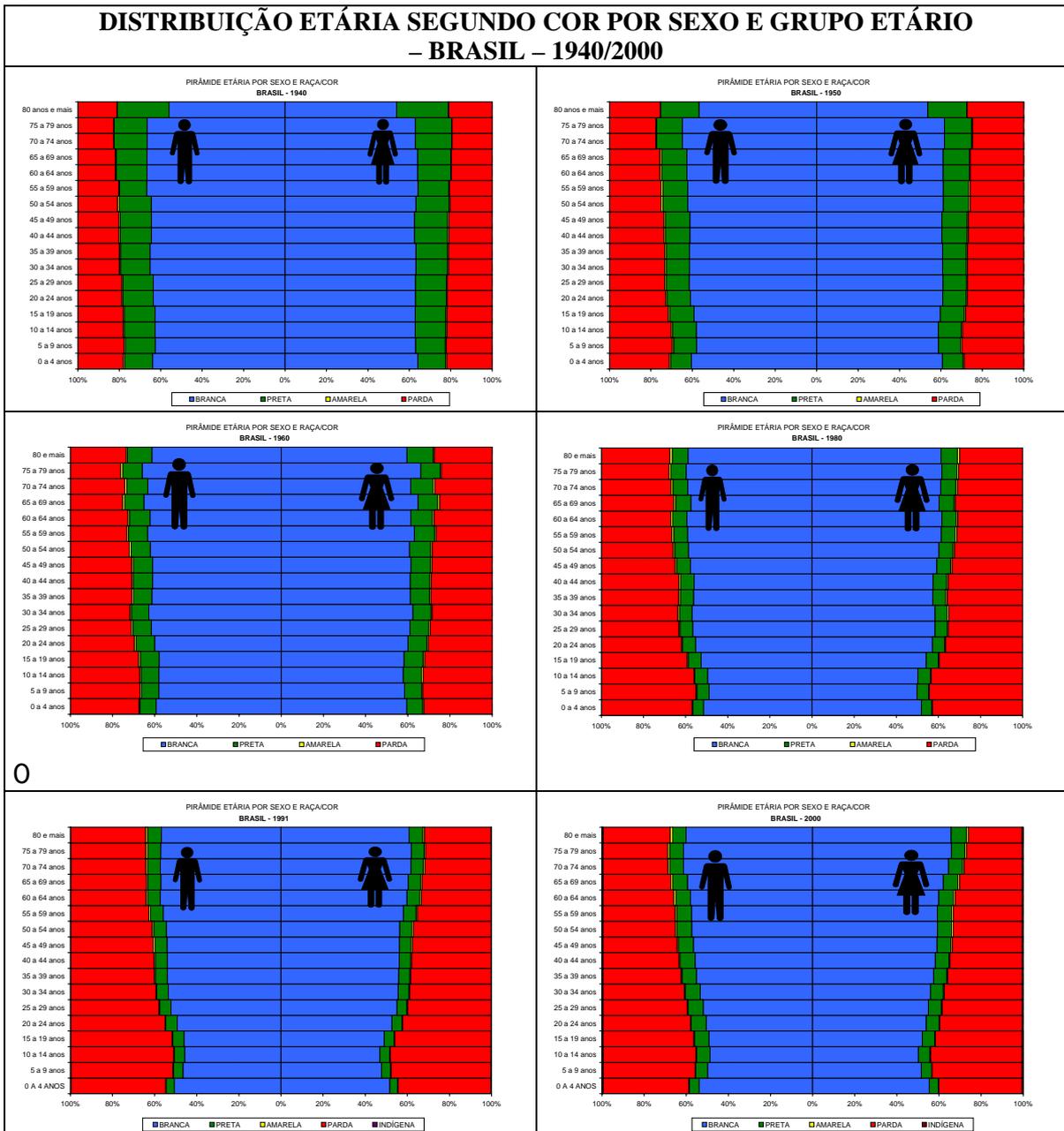


Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

Quanto à distribuição por cor, é possível ter havido um processo contínuo de miscigenação, já que as proporções de indivíduos brancos, pretos e amarelos, diminuíram no período e para idades mais baixas, ao passo que a

de indivíduos pardos aumentou (ver Gráfico 2). A população que se declara parda em 1991 parece ligeiramente discrepante quando comparada aos censos contíguos. No censo de 2000 nota-se uma reversão na tendência com um crescimento relativo dos indivíduos declarando-se Pretos ou Amarelos em detrimento dos Pardos.

Gráfico 2



Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1940, 1950, 1960, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 2 - Distribuição proporcional da população por cor ou raça – censos selecionados

	Branca	Preta	Amarela	Parda*	Indígena	s/ declaração
1940	63,58	14,66	0,59	21,32	-	-
1950	65,08	10,36	0,59	23,98	-	0,01
1960	59,70	8,37	0,66	31,27	-	0,08
1970	-	-	-	-	-	-
1980	54,91	6,09	0,60	38,40	-	0,58
1991	51,83	5,16	0,46	42,36	0,19	0,35
2000	53,95	6,19	0,45	38,32	0,43	0,66

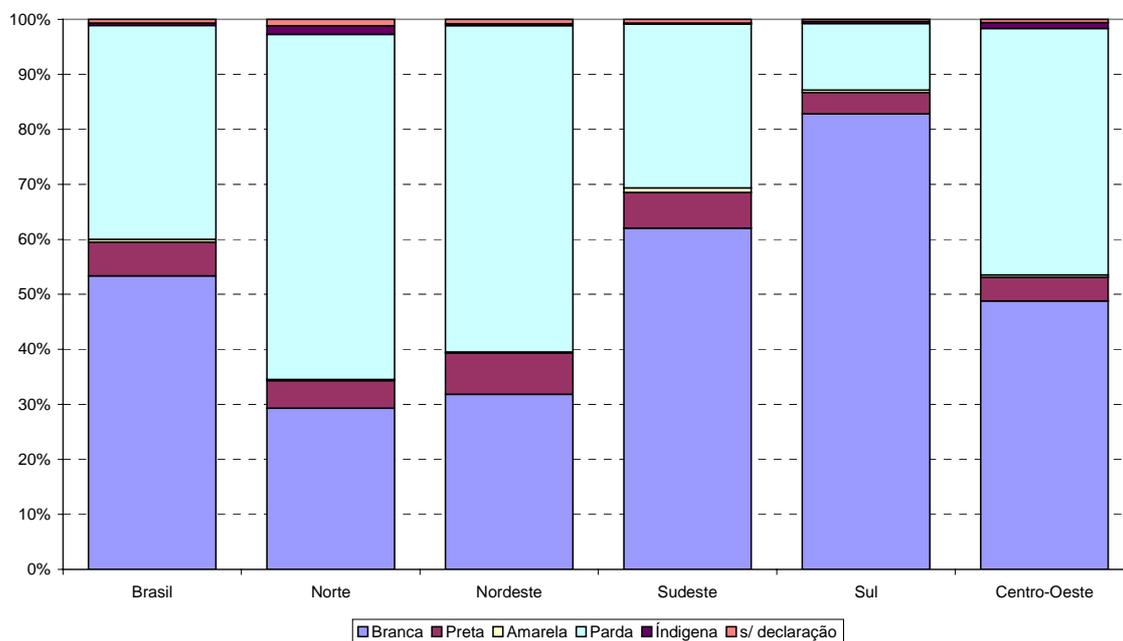
Nota: * Até 1980, inclusive, a população parda incluía a população indígena.

Fonte : IBGE, Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Esta distribuição não é em nada homogênea geograficamente (ver Gráfico 3). A região Sul apresenta a maior proporção de brancos e a região Norte a menor, seguida de perto da região Nordeste. O Nordeste apresenta a maior proporção de pretos e o sul a menor. O Sudeste apresenta a maior proporção de amarelos e o nordeste a menor. Como a oferta de cursos também não é uniforme regionalmente, isto significa que os diferentes contingentes de cor podem ter acesso a conjuntos diferenciados de oferta de cursos.

Gráfico 3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DAS GRANDES REGIÕES POR COR/RAÇA - BRASIL - 2000



5. Escolaridade da população

Sabe-se que o acesso a instrução/educação dos diferentes grupos de cor é diferenciado mesmo no nível mais básico, o da alfabetização (ver Beltrão & Novellino, 2003). Estes autores também apontam para uma entrada mais tardia na escola dos pretos e pardos e com menor probabilidade de sucesso. Este hiato vai aumentando nos níveis mais elevados de ensino. Ainda que nossa análise seja sobre carreiras de nível superior, para contextualizar a situação dos diferentes grupos, optamos por apresentar uma breve descrição dos dados do segundo e terceiro graus. Os dados do segundo grau podem ser entendidos como a demanda potencial para os cursos universitários (terceiro grau).

5.1 Nível médio

A Tabela 3 apresenta a proporção de homens de 10 anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor nos censos do período em análise.

Ainda que se note uma sensível melhora com o passar dos anos, as diferenças são patentes quando se comparam os grupos de cor. Nota-se uma clara ordenação entre os valores, consistente entre os diferentes anos analisados: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas, sendo que os dois primeiros grupos apresentam valores acima da média nacional, e os demais abaixo. O hiato que parece se fechar numa velocidade maior diz respeito aos pretos e pardos. Em 1960, os homens pardos apresentavam uma proporção de concluintes do segundo grau três vezes maior do que os homens pretos. Em 2000 a diferença é muito pequena entre os dois grupos⁵. A diferença entre brancos e pretos também apresenta uma grande redução, indo de 20 vezes em 1960 para 5 vezes em 1980, duas vezes e meia em 1991 e um pouco menos de duas vezes em 2000. Quanto aos números correspondentes aos amarelos, os valores de 1960 parecem estar em conflito tanto com as informações tabuladas à época, nomeadamente a de alfabetização que apresenta valores maiores para este grupo do que para os brancos (Beltrão e Novellino, 2003) quanto com as informações obtidas a partir da amostra para o nível superior (ver subseção seguinte) e para as mulheres neste mesmo nível.

Tabela 3 – População de 10 anos e mais com segundo grau por cor e ano censitário - homens

	1960	1980	1991	2000
Branco	2,60%	8,43%	12,65%	17,86%
Pretos	0,11%	1,84%	5,06%	9,01%
Amarelos	1,43%*	20,44%	24,62%	27,24%
Pardos	0,35%	2,79%	5,87%	9,39%
Indígenas			2,50%	7,77%
Total	1,70%	5,95%	9,39%	13,94%

Nota: * As informações referentes a 1960 foram obtidas a partir de uma combinação de amostras, a de 25% para a maioria das UFs e uma de 1% para as demais, tais como RJ e GB. Sendo assim, os valores para as populações mais rarefeitas podem ter um maior grau de imprecisão.

⁵ No Censo de 2000, a pergunta da última série concluída com sucesso só é feita na amostra para os indivíduos que não estavam na época na escola. Este procedimento criou uma distorção visível na forma da curva para este ano (ver Gráficos 4 e 6).

A Tabela 4 apresenta para as mulheres os mesmo valores que a Tabela 3 apresentou para o sexo masculino. Os comentários são basicamente semelhantes no que diz respeito ao hiato de cor, ao incremento da cobertura no período e a ordenação dos diferentes grupos. Para as mulheres amarelas, porém, o movimento foi de um primeiro distanciamento da média nacional entre 1960 e 1980 para depois uma aproximação nos anos seguintes: em 1960 a proporção era 1,5 vezes maior do que a média nacional, subiu para 2,8 em 1980 e caiu nos censos seguintes para respectivamente 2,2 e 1,6.

Tabela 4 – População de 10 anos e mais com segundo grau por cor e ano censitário - mulheres

	1960	1980	1991	2000
Brancos	2,30%	9,53%	14,28%	20,26%
Pretos	0,12%	2,03%	5,87%	11,11%
Amarelos	2,22%	19,40%	24,60%	26,62%
Pardos	0,29%	3,33%	7,31%	12,09%
Indígenas			2,90%	8,54%
Total	1,51%	6,86%	11,06%	16,65%

A Tabela 5 apresenta a razão de sexo da proporção de indivíduos de 10 anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor nos censos pesquisados. O que se nota é um progresso mais rápido das mulheres *vis-à-vis* os homens neste nível educacional (na verdade em todos os níveis educacionais – ver Beltrão, 2003). Os grupos de cor economicamente mais afluentes apresentam, via de regra, razões de sexo mais elevadas (brancos e amarelos) indicando um menor hiato de gênero nestes grupos. Os amarelos apresentam mesmo uma razão de sexo maior do que a unidade em 2000.

Tabela 5 – População de 10 anos e mais com segundo grau por cor e ano censitário – razão de sexo

	1960	1980	1991	2000
Branços	1,127	0,884	0,886	0,882
Pretos	0,927	0,908	0,863	0,811
Amarelos	0,646	1,053	1,001	1,023
Pardos	1,208	0,839	0,803	0,777
Indígenas*			0,862	0,910
Total	1,124	0,868	0,848	0,837

Nota: * Nos Censos de 1960 e 1980 os Indígenas foram incorporados aos Pardos.

Trabalhar com taxas brutas considerando a população acima de uma certa idade mascara diferenças que existem entre as coortes de nascimento. O Gráfico 4 apresenta a proporção de indivíduos com o ensino médio concluído por sexo e coorte de nascimento. É basicamente uma desagregação das mesmas informações disponibilizadas nas linhas de total na Tabela 3 e na Tabela 4.

No Censo mais recente a coorte nascida entre 1976 e 1980 apresenta a maior proporção de sucesso com 35% das mulheres e 27% dos homens tendo completado este grau de ensino. Nota-se uma inversão no hiato de gênero: para as coortes mais velhas, a proporção de homens que terminam o nível médio é sempre maior do que a de mulheres, o oposto ocorrendo para as coortes mais jovens.

O Gráfico 5 apresenta a razão das proporções de indivíduos que terminaram o ensino médio por grupo de cor e a média do Brasil. As maiores proporções de cobertura são alcançadas pela população amarela (75% e 73%, respectivamente para mulheres e homens, ver Tabela 6). Percebe-se uma ordenação entre os grupos, consistente por sexo: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Esta ordenação não ocorre tão somente com o valor máximo, mas também acompanha todas as coortes de nascimento. Note-se que os máximos alcançados de proporção de indivíduos terminando este nível

de estudo são sempre maiores entre as mulheres, independentemente do grupo de cor considerado. A inversão do hiato de gênero ocorre também para todos os grupos de cor (informação não dedutível dos gráficos disponibilizados – ver Beltrão, 2004).

Gráfico 4

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM O ENSINO MÉDIO COMPLETO BRASIL - HOMENS E MULHERES- 1960/80/91/2000 - POR COORTE DE NASCIMENTO

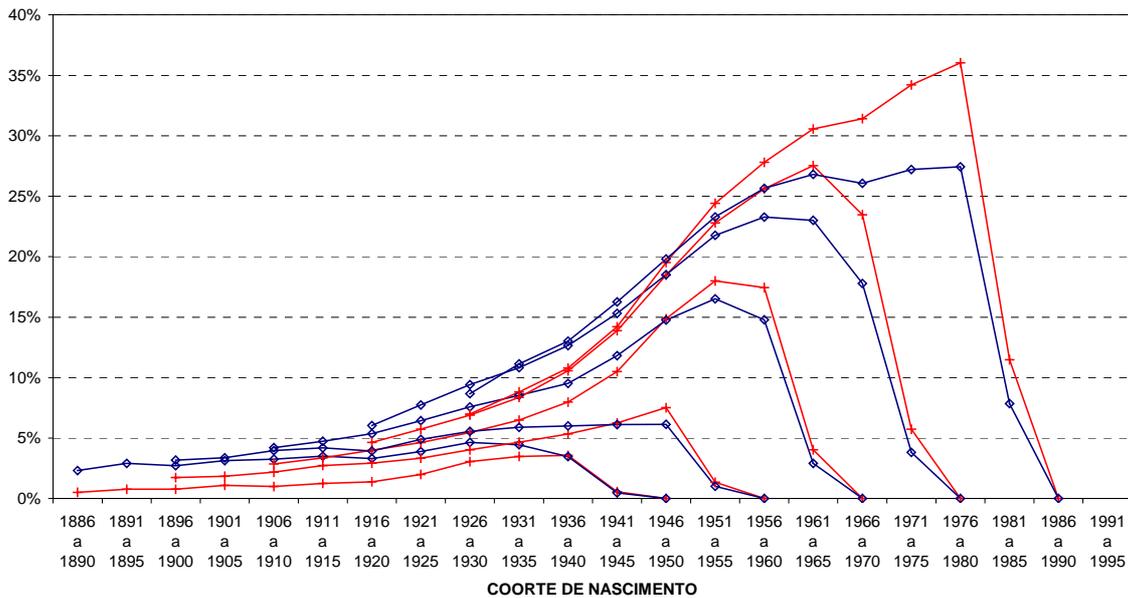
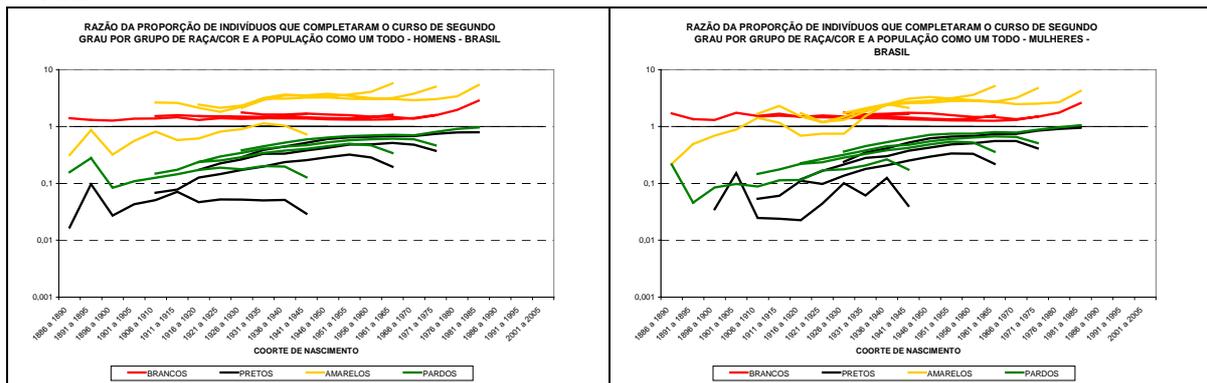


Gráfico 5



A Tabela 6 apresenta o valor modal alcançado pelos diferentes grupos de cor, ou seja, a maior taxa de conclusão do ensino médio de uma coorte. A vantagem de trabalhar com o valor modal por oposição a uma taxa bruta como a das tabelas anteriores é que a moda independe da distribuição etária. O que

se nota é que o valor alcançado pelas mulheres é consistentemente maior para todos os grupos de cor e o hiato de gênero é maior para pretos e pardos.

Tabela 6 – Valor máximo de todas as coortes da taxa de conclusão do ensino médio por sexo e grupo de cor

Grupo de Cor	Homens	Mulheres
Branco	37,4	45,4
Pretos	16,8	23,9
Pardos	18,2	25,4
Amarelos	72,9	75,1
Indígenas	14,9	16,4
Total	27,4	36,0

5.2 Nível Superior

Semelhante a Tabela 3 que apresentou a proporção de homens de 10 anos e mais com o segundo grau completo por grupo de cor nos censos do período em análise, a Tabela 7 apresenta as informações para o nível superior. Também neste nível educacional nota-se a ordenação entre os valores, consistente entre os diferentes anos analisados: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas, sendo que os dois primeiros grupos apresentam valores acima da média nacional, e os demais abaixo. O hiato de pretos e pardos também parece estar se fechando. Por outro lado, os amarelos parecem estar se distanciando da média nacional. Os ganhos dos pretos, amarelos e pardos foram bem maiores do que os dos brancos.

Tabela 7 – População de anos e mais com nível superior por cor e ano censitário - homens

	1960	1980	1991	2000
Branco	1,38%	3,84%	6,03%	6,57%
Pretos	0,03%	0,27%	0,93%	1,24%
Amarelos	0,55%	10,55%	18,89%	21,11%
Pardos	0,11%	0,54%	1,15%	1,29%
Indígenas			0,78%	1,37%
Total	0,87%	2,41%	3,72%	4,19%

A Tabela 8 apresenta as estatísticas correspondentes às mulheres. A notar, as mesmas discrepâncias, a mesma ordenação e ganhos maiores para pretas, amarelas e pardas.

Tabela 8 – População de anos e mais com nível superior por cor e ano censitário - mulheres

	1960	1980	1991	2000
Branços	0,22%	2,52%	5,25%	6,60%
Pretos	0,01%	0,23%	0,96%	1,58%
Amarelos	0,19%	6,61%	14,79%	18,33%
Pardos	0,02%	0,43%	1,16%	1,55%
Indígenas			0,73%	1,40%
Total	0,14%	1,64%	3,42%	4,46%

A Tabela 9 apresenta a razão de sexo das proporções apresentadas nas duas tabelas anteriores. O hiato de gênero em 1960 era muito maior do que o do curso de segundo grau. Em 2000 temos comportamentos diferenciados por cor. Amarelos não reverteram o hiato de gênero, como não haviam revertido o do segundo grau. Brancos reverteram o hiato de gênero, mas os valores são bem perto da unidade. Pretos, pardos e indígenas reverteram o hiato e as mulheres estão se distanciando.

Tabela 9 – População de 10 anos e mais com nível superior por cor e ano censitário – razão de sexo

	1960	1980	1991	2000
Branços	6,320	1,524	1,149	0,996
Pretos	4,417	1,163	0,976	0,789
Amarelos	2,980	1,597	1,277	1,152
Pardos	6,120	1,276	0,987	0,833
Indígenas			1,072	0,977
Total	6,248	1,470	1,090	0,939

A proporção de indivíduos que termina o ensino médio e continua os estudos não é muito grande. Dentre estes, os que terminam o curso universitário é ainda menor. Para pretos e pardos, em torno de 16% dos indivíduos que terminam o ensino médio terminam também o ensino superior. Para brancos e amarelos esta proporção é bem mais significativa alcançado valores de,

respectivamente, 37 e 51%. O Gráfico 6 apresenta a proporção de indivíduos com o curso superior concluído por sexo e coorte de nascimento. No Censo mais recente a coorte nascida na década de 50 apresenta a maior proporção de sucesso com 8,5% das mulheres e 8,6% dos homens tendo completado o ensino superior. Nota-se também neste nível de ensino a inversão no hiato de gênero observada para o nível médio e que ocorre em paralelo com os diferentes grupos de cor: para as coortes mais velhas a proporção de homens que terminam este nível é sempre maior do que a de mulheres e o oposto ocorre para as coortes nascidas no passado mais recente.

O Gráfico 7 apresenta a razão das proporções de indivíduos que terminaram o ensino superior por grupo de cor e a média do Brasil. Novamente as maiores proporções de cobertura são alcançadas pela população amarela (37% para mulheres e homens, ver Tabela 10). Aqui também, percebe-se a mesma ordenação entre os grupos, consistente por sexo: amarelos, brancos, pardos, pretos e indígenas. Como ocorrido para o nível médio, esta ordenação não ocorre tão somente com o valor máximo, mas também acompanha todas as coortes de nascimento. A inversão do hiato de gênero que ocorre para todos os grupos de cor não chega a alcançar os valores modais para a população como um todo e para alguns grupos.

Gráfico 6

PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS COM CURSO UNIVERSITÁRIO COMPLETO BRASIL - HOMENS E MULHERES- 1960/80/91/2000 - POR COORTE DE NASCIMENTO

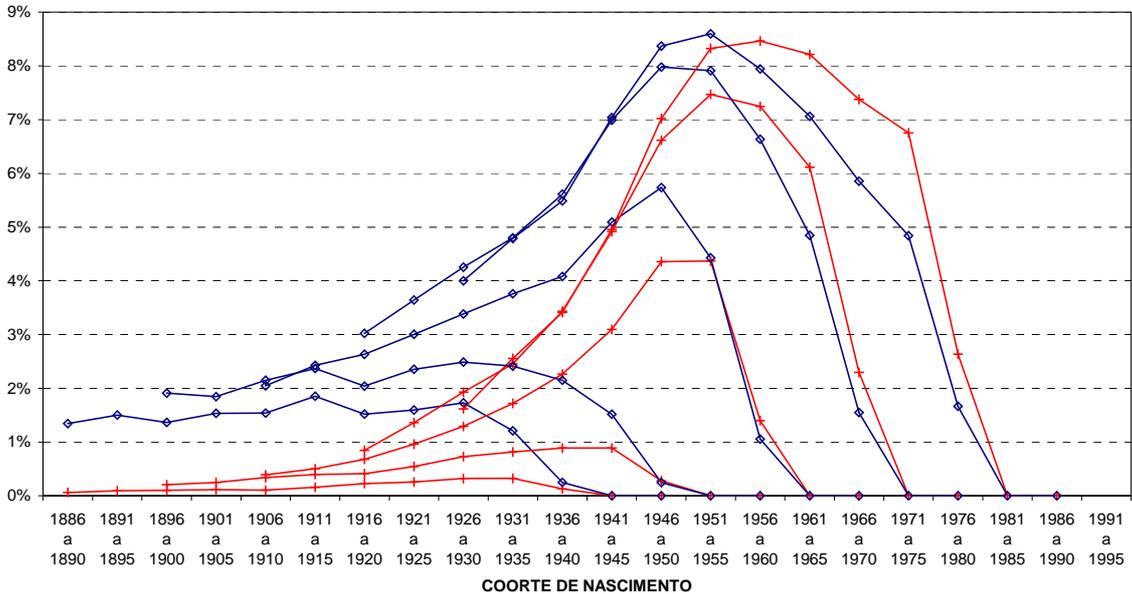
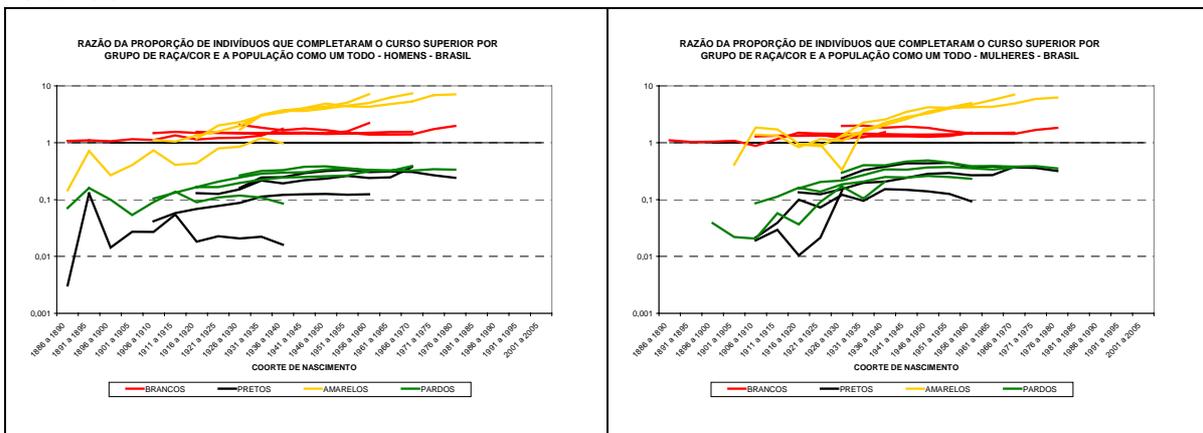


Gráfico 7



Como já mencionado, o valor modal alcançado pelos homens é ligeiramente maior do que o das mulheres para a população como um todo. Este comportamento se reproduz em três dos grupos de cor: brancos, amarelos e indígenas (ver Tabela 10). Os homens pretos e pardos apresentam valores modais inferiores aos das mulheres de mesma cor. As diferenças entre os valores modais de conclusão de um curso universitário é maior do que para o curso de segundo grau. Uma possibilidade é que o processo de reversão do

hiato esteja avançando mais rapidamente nos grupos pretos e pardos, os quais, apresentando uma menor proporção de indivíduos tendo completado níveis de ensino formal permite um maior avanço.

Tabela 10 – Valor máximo de todas as coortes da Taxa de conclusão do nível superior por sexo e grupo de cor (%)

Grupo de Cor	Homens	Mulheres
Branco	12,6	12,0
Pretos	2,8	3,2
Pardos	3,0	3,2
Amarelos	37,1	36,8
Indígenas	3,9	3,5
Total	8,6	8,5

No entanto, esse avanço não ocorre uniformemente em todas as carreiras. Como adiantado na introdução, existem carreiras que são preferencialmente “escolhidas” por mulheres. Como lembra Bourdieu (1999) a divisão sexual do trabalho é norteada pelos princípios de que os homens devem dominar o espaço público e o campo de poder (produtivo e econômico) enquanto que as mulheres devem ficar circunscritas ao espaço privado, onde se perpetua a lógica da economia dos bens simbólicos, ou à extensão do mesmo no qual estariam incluídos os serviços sociais (enfermagem, serviço social *stricto sensu*, psicologia e biblioteconomia) e educacionais (pedagogia e licenciaturas em geografia, matemática, história e filosofia), bem como o universo da produção simbólica (literatura, arte e jornalismo).

“Se as estruturas antigas da divisão sexual parecem ainda determinar a direção e a forma das mudanças, é porque, além de estarem objetivadas nos níveis, nas carreiras, nos cargos mais ou menos fortemente sexuados, elas atuam através de três princípios práticos que não só as mulheres, mas também seu próprio ambiente, põem em ação em suas escolhas: de acordo com o primeiro destes princípios, as funções que convêm às mulheres se situam no prolongamento das funções domésticas: ensino, cuidados, serviço; segundo, que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem,

portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada a funções subordinadas, de auxiliar; o terceiro confere ao homem o monopólio da manutenção dos objetos técnicos e das máquinas.” (Bourdieu 1999:112-113)

O mesmo acontece com os diferentes grupos de cor: existem escolhas diferenciadas. Este tema será desenvolvido na próxima seção.

6. Participação por sexo e cor nas diferentes carreiras

Para podermos melhor descrever a participação por sexo e cor nas diferentes carreiras definimos algumas estatísticas, a saber: razão de sexo e a razão (padronizada) de cor nas carreiras. A razão de sexo, $rs_{i,t}$, para a carreira i no instante t é calculada como:

$$rs_{i,t} = \frac{\text{homens}_{i,t}}{\text{mulheres}_{i,t}};$$

onde $\text{homens}_{i,t,r}$ é a população masculina de nível superior da carreira i no instante t e de cor r ; e $\text{mulheres}_{i,t,r}$ é a população feminina de nível superior da carreira i no instante t e de cor r . A ausência de um dos índices indica o somatório naquele índice. Por exemplo, a população masculina numa dada carreira i pode ser calculada como a soma de todas as populações masculinas de cada cor na carreira:

$$\text{homens}_{i,t} = \sum_r \text{homens}_{i,t,r}.$$

A razão padronizada de indivíduos de cor r na carreira i é definido como a razão da proporção de indivíduos daquele grupo de cor na carreira i e no total das carreiras, ou seja:

$$rp_{i,t} = \frac{\left(\frac{(\text{homens}_{i,t,r} + \text{mulheres}_{i,t,r})}{(\text{homens}_{i,t,\cdot} + \text{mulheres}_{i,t,\cdot})} \right)}{\left(\frac{(\text{homens}_{\cdot,t,r} + \text{mulheres}_{\cdot,t,r})}{(\text{homens}_{\cdot,t,\cdot} + \text{mulheres}_{\cdot,t,\cdot})} \right)}. \quad \text{Para uma dada}$$

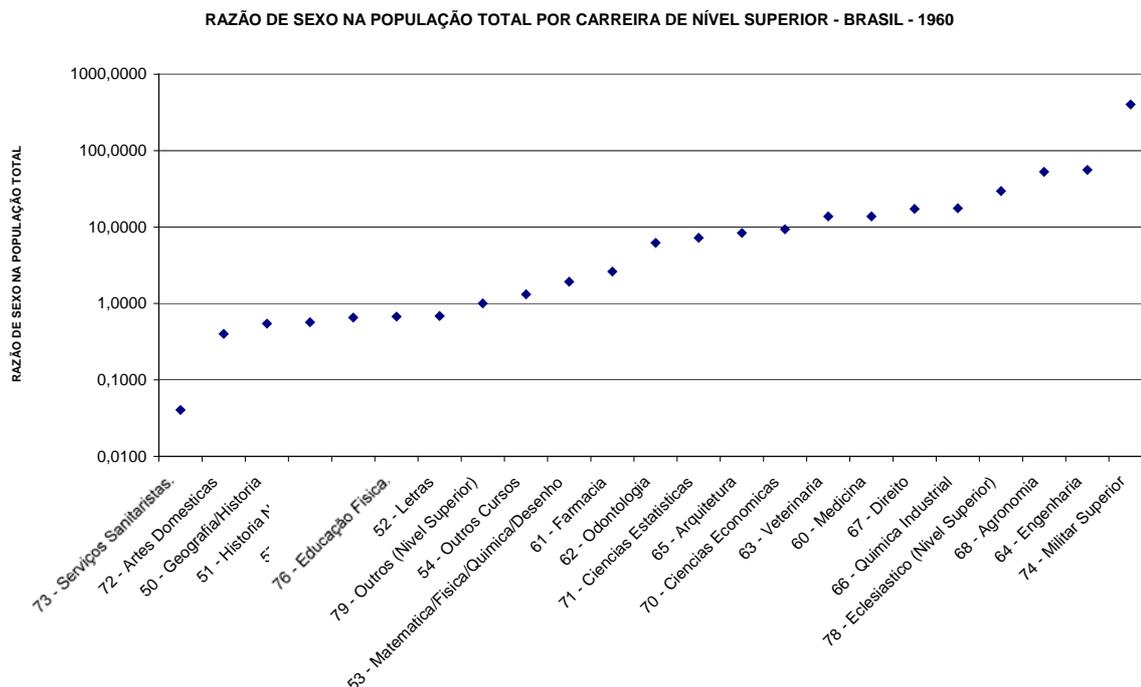
carreira, i , o numerador da razão padronizada é exatamente a proporção de indivíduos do grupo de cor na carreira em questão.

O índice r referente aos grupos de cor já teve seus valores possíveis discutidos na seção sobre conceitos. Os valores tomados pelo índice i referente aos cursos (carreiras) estão listados para cada ano censitário no anexo.

6.1 Participação por sexo nas diferentes carreiras

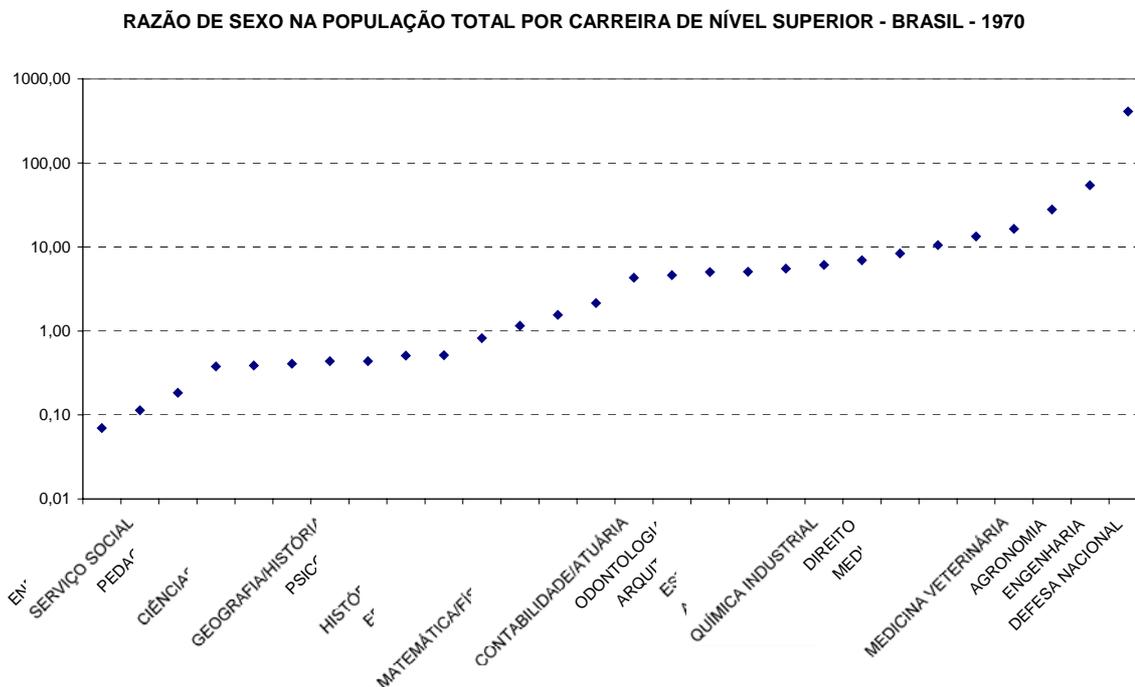
O Gráfico 8 apresenta, ordenadas pela razão de sexo, as carreiras levantadas no Censo de 1960 (ver anexo para os números). Nesta data, os cursos superiores ainda têm, no geral, uma predominância masculina, um elenco de carreiras bem restrito e uma baixa prevalência de indivíduos tendo completado este nível de ensino. Os cursos com uma maior proporção de mulheres são apenas os de Serviços Sanitaristas, Artes Domésticas, Geografia e História, História Natural, Belas Artes, Educação Física e Letras. No extremo mais masculino temos cursos como Militar (superior), Engenharia, Agronomia e Eclesiástico.

Gráfico 8



Em 1970 as carreiras são desagregadas de uma outra forma e a oferta de cursos se amplia (ver anexo), aumentando a lista de cursos com predominância feminina (ver Gráfico 9), com por exemplo: Enfermagem, Serviço Social, Pedagogia, Ciências Sociais, Psicologia e Filosofia. No entanto ainda existe uma predominância masculina na maioria dos cursos. Ainda que sob outro nome, a lista das carreiras mais masculinas é bem semelhante, com a introdução de Medicina Veterinária em quarto lugar e o deslocamento de Teologia para quinto.

Gráfico 9



Em 1980, o rol de carreiras em oferta continua a ser ampliado, mas a maioria dos cursos continua com predominância masculina, ainda que tenha ocorrido um avanço na feminização dos cursos: a cada censo é maior a proporção de mulheres com nível superior e em quase todas as carreiras (ver Gráfico 10 para as carreiras com proporcionalmente mais mulheres e Gráfico 11 para as com mais homens). Em 1960 32% das carreiras levantadas no Censo apresentavam uma maior população feminina. Em 1970, esta proporção chega a 39%. Em 1980, 43% das carreiras apresentam uma predominância feminina. A ordenação em 1980 modifica-se ligeiramente com a maior predominância de mulheres no curso de Serviço Social, seguido de um novo curso, o de biblioteconomia, tomando o lugar anterior da enfermagem que passa à terceira posição. Destacamos também a mudança no lugar ocupado pelo curso de filosofia que se desloca para a direita no gráfico, não porque tenha aumentado a proporção de homens na carreira, mas sim pela inclusão de mais carreiras com maior proporção de mulheres. Matemática e Farmácia, que em 1970

apresentavam uma primazia masculina, ainda que muito perto da situação de equilíbrio, em 1980 invertem esta situação com, proporcionalmente, um maior contingente feminino.

A ampliação da oferta de carreiras também introduz novas possibilidades de inserção preferencialmente masculinas, como Topografia e Agrimensura. O desdobramento de engenharia em subtipos como Elétrica, e a introdução do nível de mestrado/doutorado no levantamento censitário caminha na mesma direção aumentando os cursos masculinos. Dos 11 cursos de pós-graduação *stricto sensu* identificados no censo apenas três são mais femininos: educação, artes e biblioteconomia. É interessante observar que os cursos de mestrado, via de regra, apresentam uma maior proporção de homens do que o bacharelado correspondente.

Gráfico 10

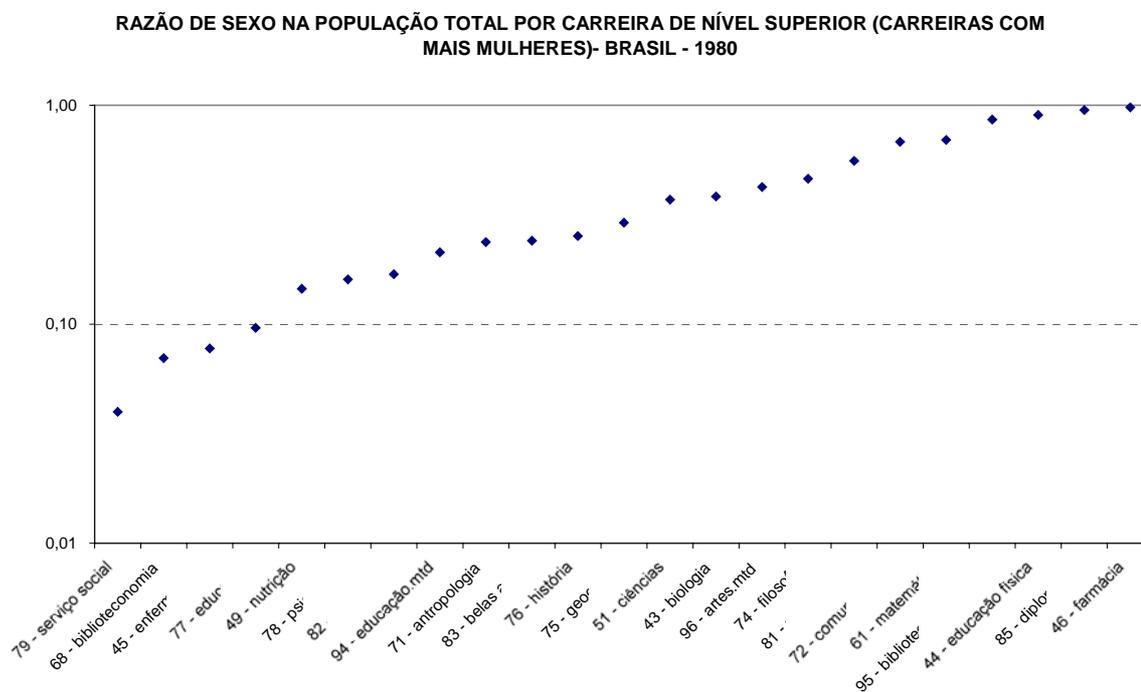
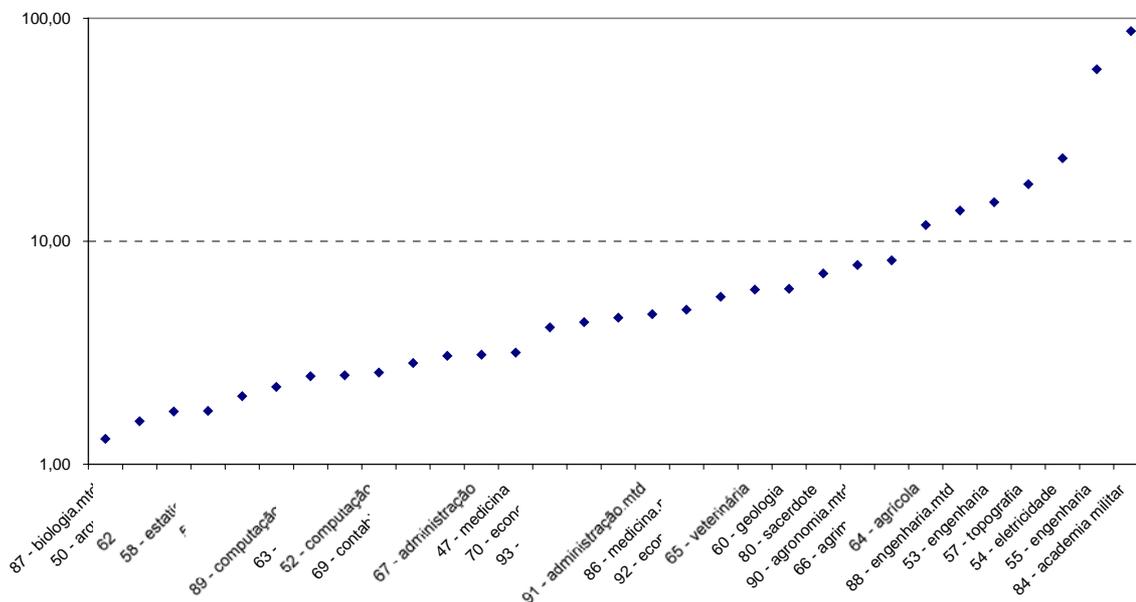


Gráfico 11

RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR (CARREIRAS COM MAIS HOMENS)- BRASIL - 1980



Entre 1980 e 1991 a oferta de cursos praticamente se mantém inalterada, pelo menos no que tange o número: 54. Aumenta ligeiramente, entretanto, a proporção de cursos femininos, indo para 44% (ver Gráfico 12 e Gráfico 13).

Gráfico 12

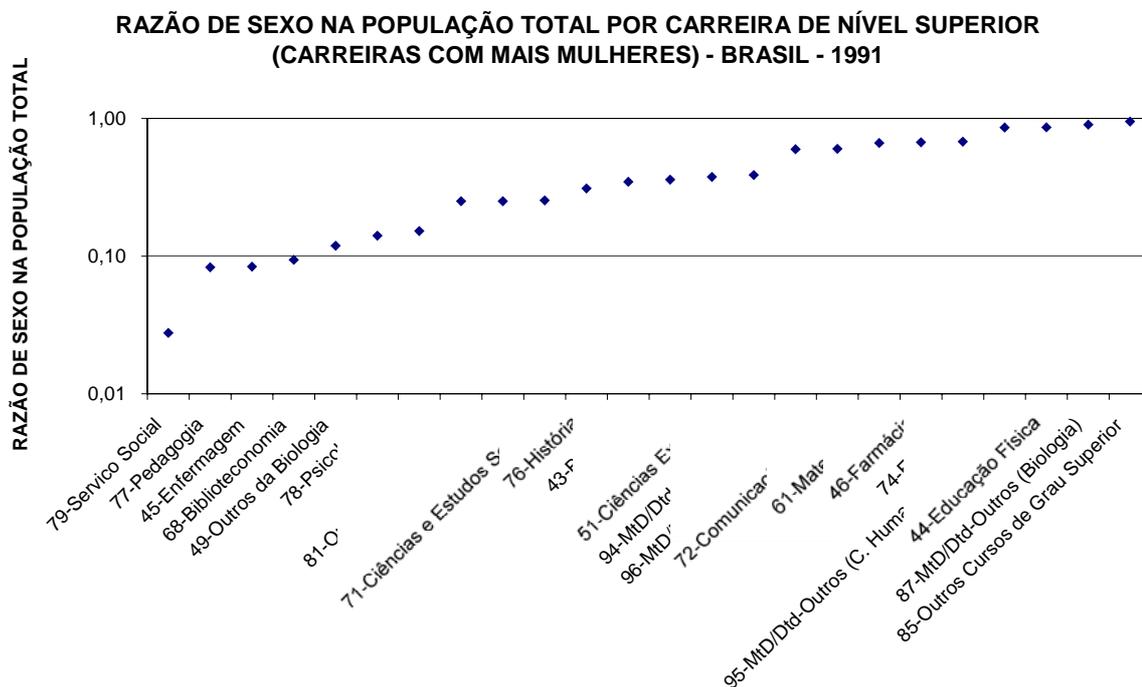
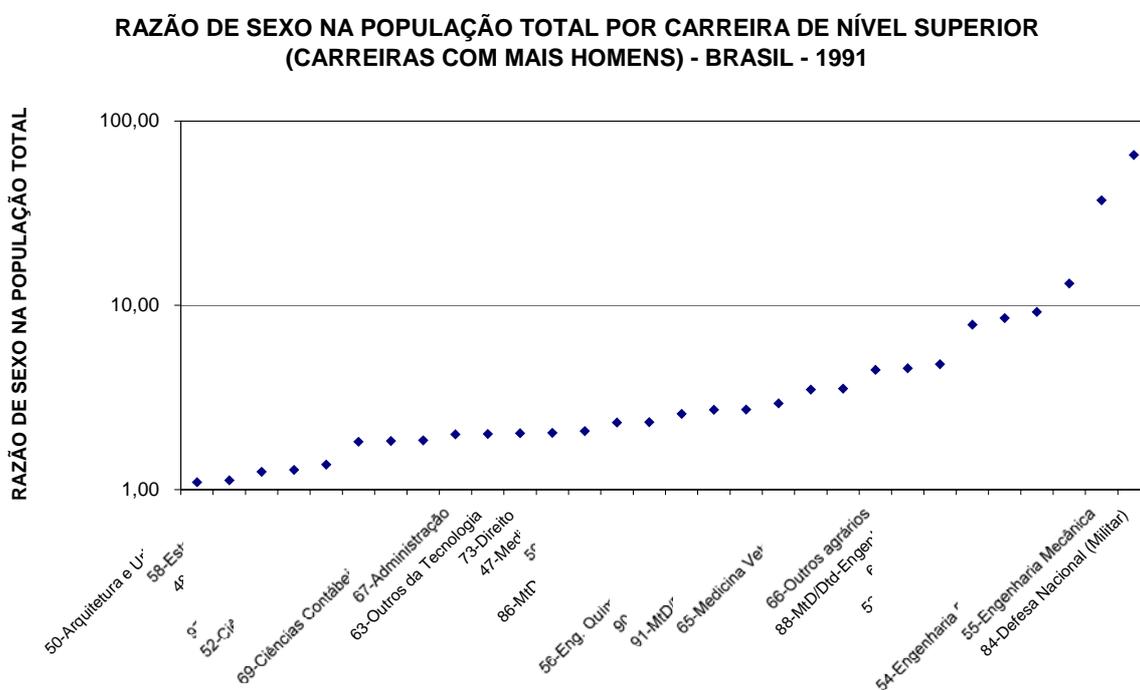


Gráfico 13



Em 2000 (ver Gráfico 14 e Gráfico 15) aumenta em torno de 10% a lista de carreiras levantadas no censo (ver anexo) e continua a feminização: 46%

possui uma maior proporção de mulheres já que parte das carreiras que em 1991 estavam perto da fronteira passam para o lado feminino – Arquitetura e Urbanismo e Odontologia.

Gráfico 14

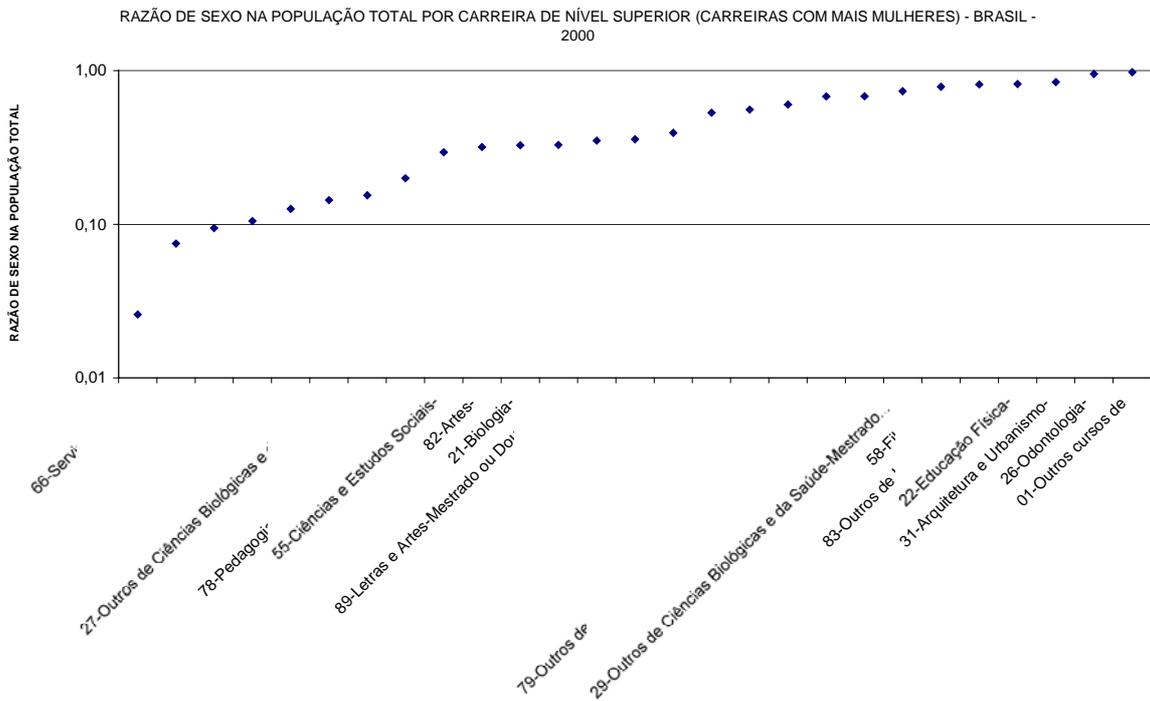
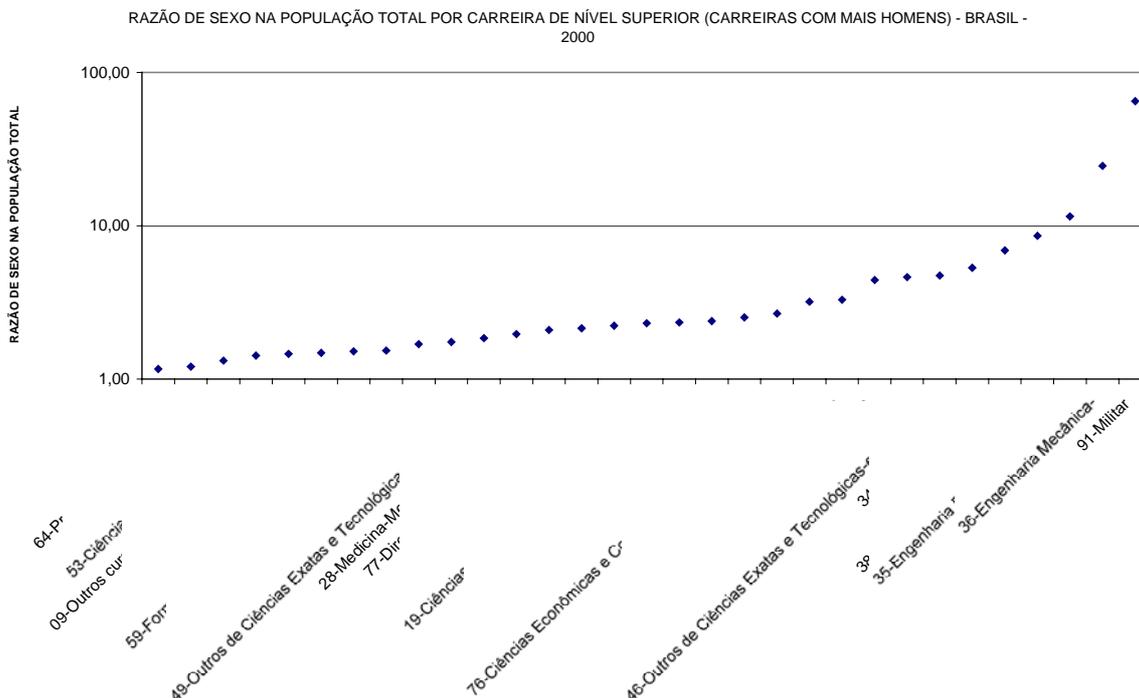


Gráfico 15



6. 2 Participação por cor nas diferentes carreiras

Seriam necessários muitos gráficos para colocar todas as combinações de ano censitário e grupo de cor. Como o comportamento é razoavelmente uniforme através dos censos optamos por descrever a situação apenas para 2000. No entanto, a totalidade dos dados utilizados nesta análise e concernentes os anos censitários anteriores estão disponibilizados no anexo. Os Gráfico 16 ao 20 apresentam para cada um dos grupos de cor as proporções deste grupo entre os indivíduos que declararam ter concluído o nível superior naquela carreira. A ordenação utilizada no eixo das abscissas foi a mesma do Gráfico 14 combinado com o Gráfico 15, isto é crescente na razão de sexo. Carreiras da esquerda dos gráficos apresentam uma maior proporção de mulheres e as da direita de homens. A equação no gráfico corresponde a uma regressão linear simples, mas dá uma idéia de quanto se modifica a proporção de indivíduos daquele grupo de cor quando se desloca uma carreira para a direita. Por exemplo, para a população branca o movimento para uma carreira

imediatamente para a direita implica num aumento da proporção de brancos de 0,06%. Para os pardos isto implica numa diminuição de mesmo valor, 0,06%. Como a proporção média de pretos, pardos e amarelos é bem inferior à proporção de brancos nas carreiras, a variação é bem mais visível nestes grupos. É bom lembrar que a população que se autodeclara branca é o maior contingente entre os grupos de cor. De qualquer forma o que se nota é que para a população branca e amarela a proporção de indivíduos desses grupos cresce com a razão de sexo, o inverso acontecendo para pretos, pardos e indígenas.

Gráfico 16

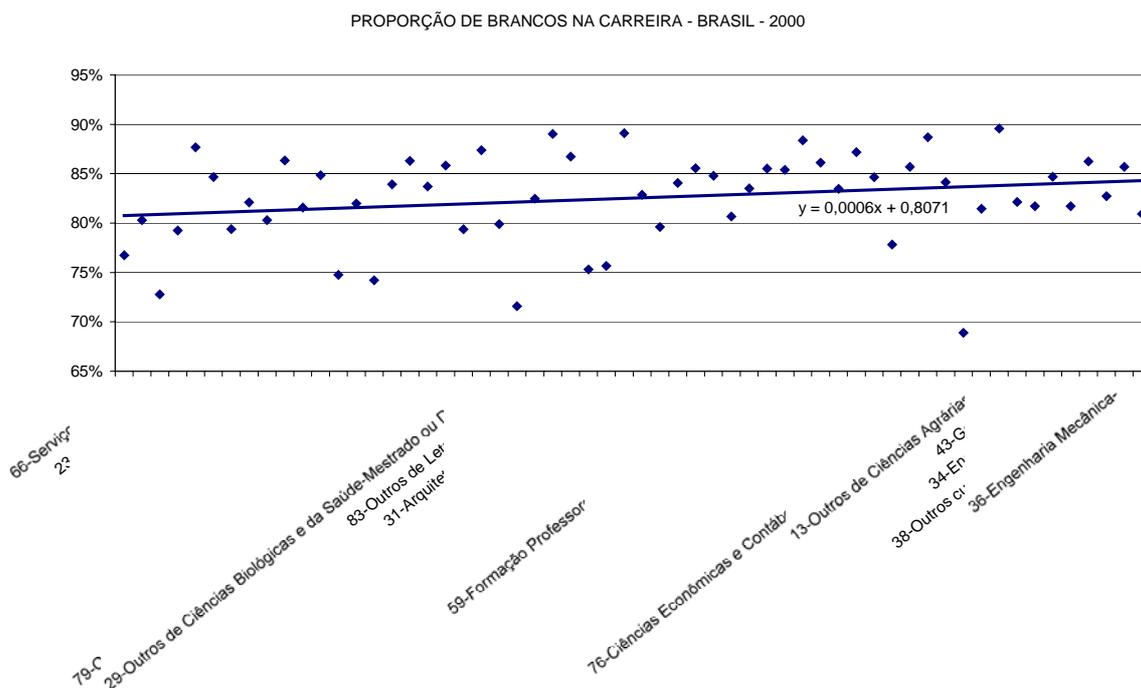


Gráfico 17

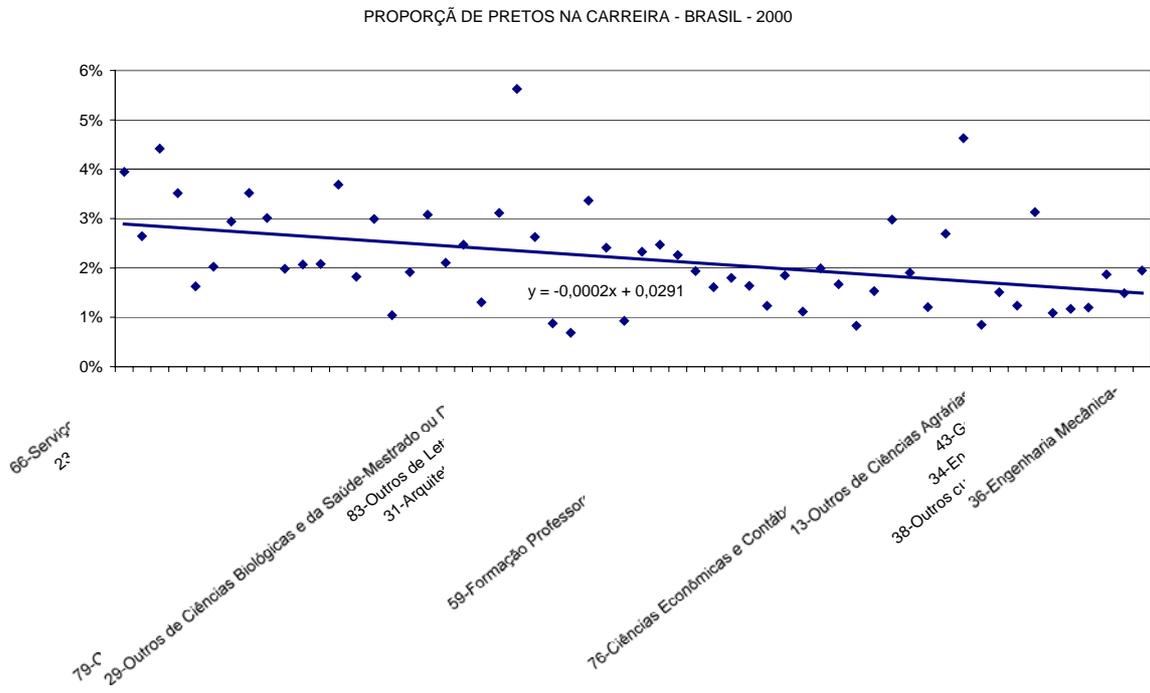


Gráfico 18

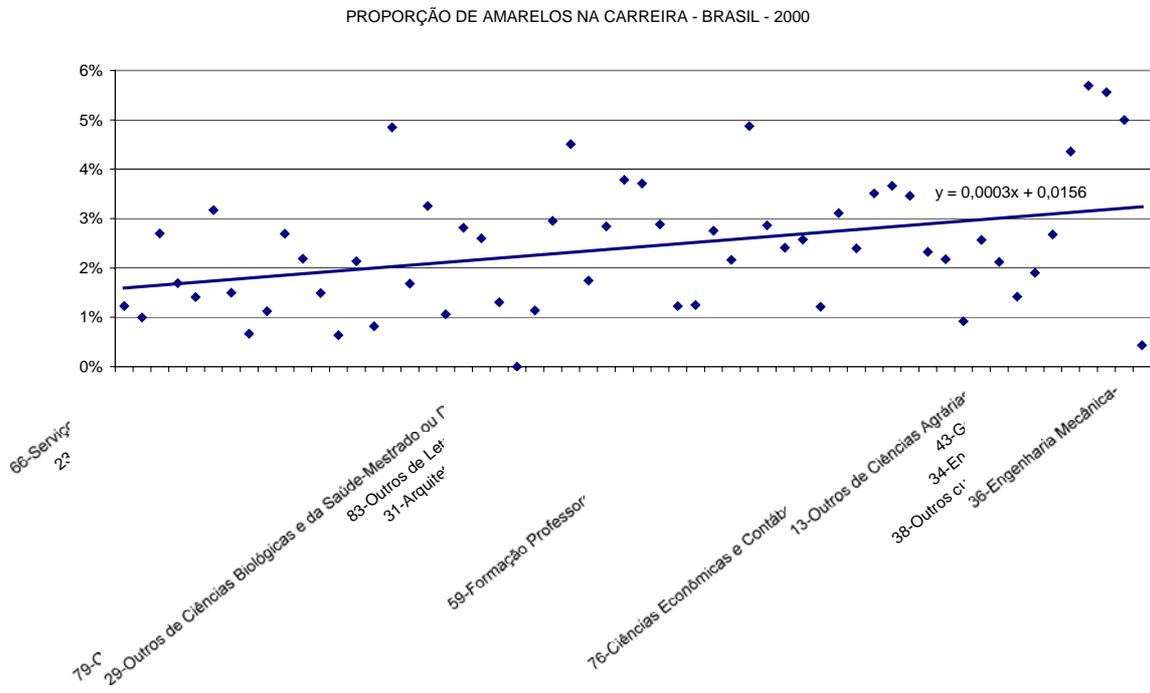


Gráfico 19

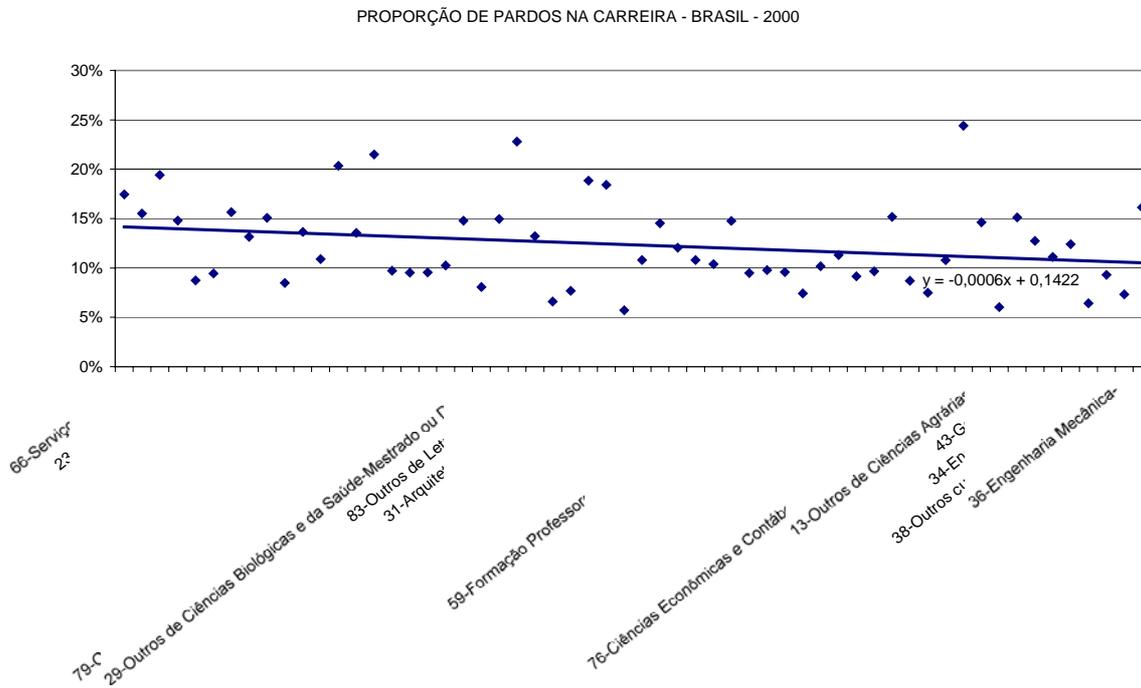
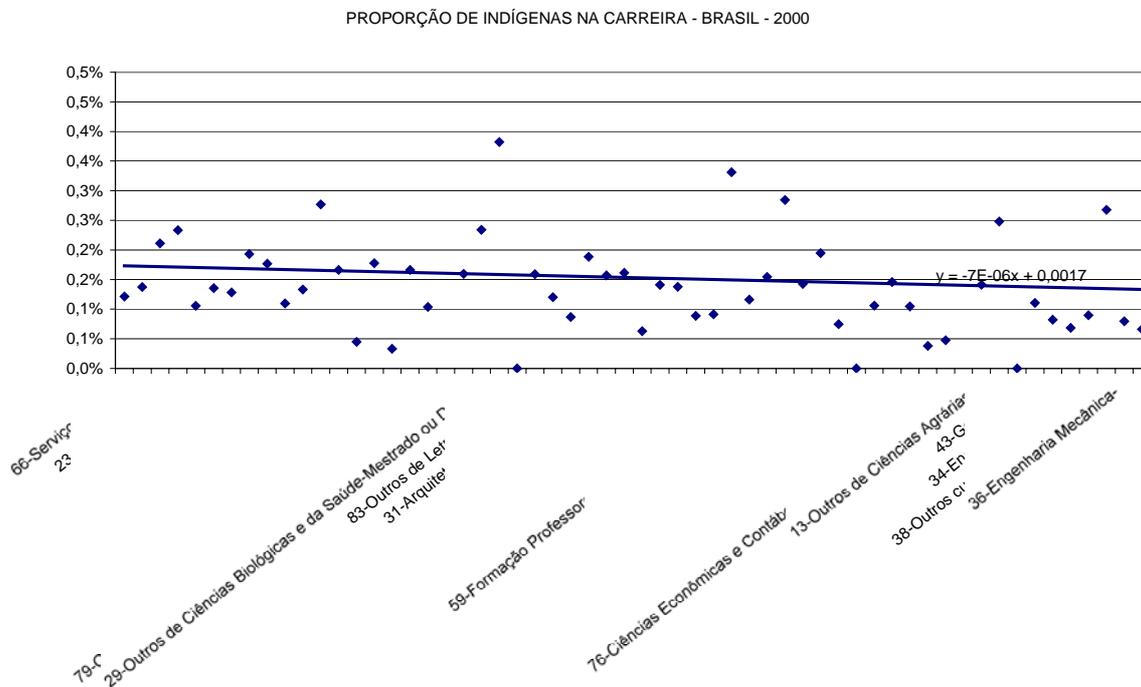


Gráfico 20



7. Relação entre representatividades de sexo e cor

Para melhor quantificar a impressão de que carreiras masculinas apresentam uma maior proporção de brancos e amarelos e que as femininas apresentam uma maior proporção de pretos, pardos e indígenas, optamos por apresentar um conjunto de gráficos (ver Gráfico 21 a Gráfico 32) para cada combinação dos censos após 1980 e os grupos de cor. Nestes gráficos, cada ponto representa uma carreira. No eixo das abscissas temos em escala logarítmica as informações da razão de sexo e no eixo das ordenadas temos a informação da razão padronizada do grupo de cor. Além disso, apresentamos a reta de mínimos quadrados ordinário e o intervalo de confiança de 95%.

Mais uma vez constata-se que quanto mais feminina a carreira, maior a proporção de pretos, pardos e indígenas, o inverso acontecendo com brancos e amarelos. Além disso, cumpre notar que as razões de sexo por grupo de cor são altamente correlacionadas, i.e., carreiras com proporcionalmente mais homens brancos, tem também proporcionalmente mais homens pardos, mais homens pretos, mais homens amarelos e mais homens indígenas. No entanto é nas profissões mais femininas que existem, em linhas gerais, mais pretos, pardos e indígenas. Estas observações são consistentes com o fato de que o avanço tem sido maior entre as mulheres pretas e pardas do que entre os homens do mesmo grupo racial. Existem, porém, algumas exceções notáveis. Essas exceções são os pontos mais distantes da reta de regressão (que descreveria a “relação” típica entre razão de sexo e a razão padronizada de presença do grupo de cor na carreira) e via de regra deveriam estar fora do intervalo de confiança de 95%.

Em 1980, do lado das carreiras mais masculinas são Teologia (listado como sacerdote neste censo) e Defesa Nacional (listado como Militar) que apresentam uma proporção maior de população preta do que o esperado. Do lado das profissões femininas, Enfermagem apresenta uma maior proporção de

pretos e pardos do que o esperado e menos brancos. Psicologia apresenta uma maior proporção de brancos do que esperado. Os amarelos estão sub-representados nas carreiras como militar e sacerdote.

Em 1991, brancos estão sub-representados em quatro carreiras: enfermagem, geografia, outros de tecnologia e teologia. Os pretos estão super-representados em três carreiras, Teologia, outros de humanas e Estatística. Por outro lado estão sub-representados em Psicologia. Os pardos apresentam uma proporção estatisticamente significativa acima do valor esperado nas carreiras de geografia, história e teologia. Os amarelos estão mais uma vez sub-representados na carreira militar. Por outro lado, têm uma maior participação em Computação e outros de tecnologia.

Em 2000, "Psicologia", uma carreira mais feminina, apresenta uma proporção maior do que a esperada de brancos. As carreiras de nível superior "Eclesiásticas" e "Militares", por outro lado, apresentam consistentemente uma proporção maior do que a esperada de pardos e menor de brancos. Pretos estão super-representados em teologia e outros de letras e amarelos estão na situação oposta nestas mesmas carreiras, sub-representados.

Gráfico 21

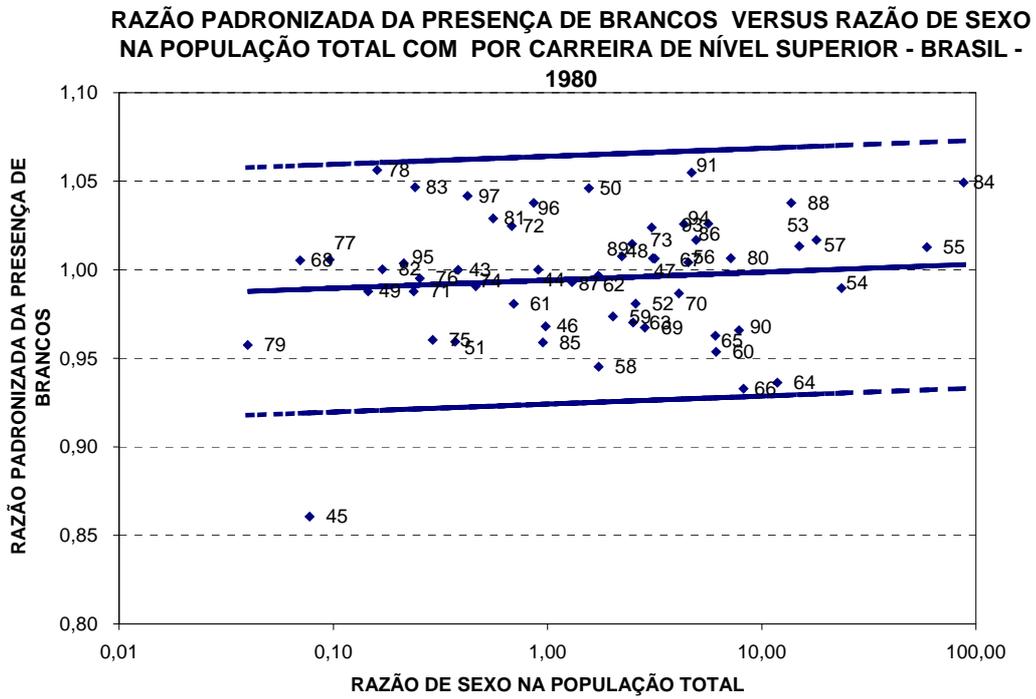


Gráfico 22

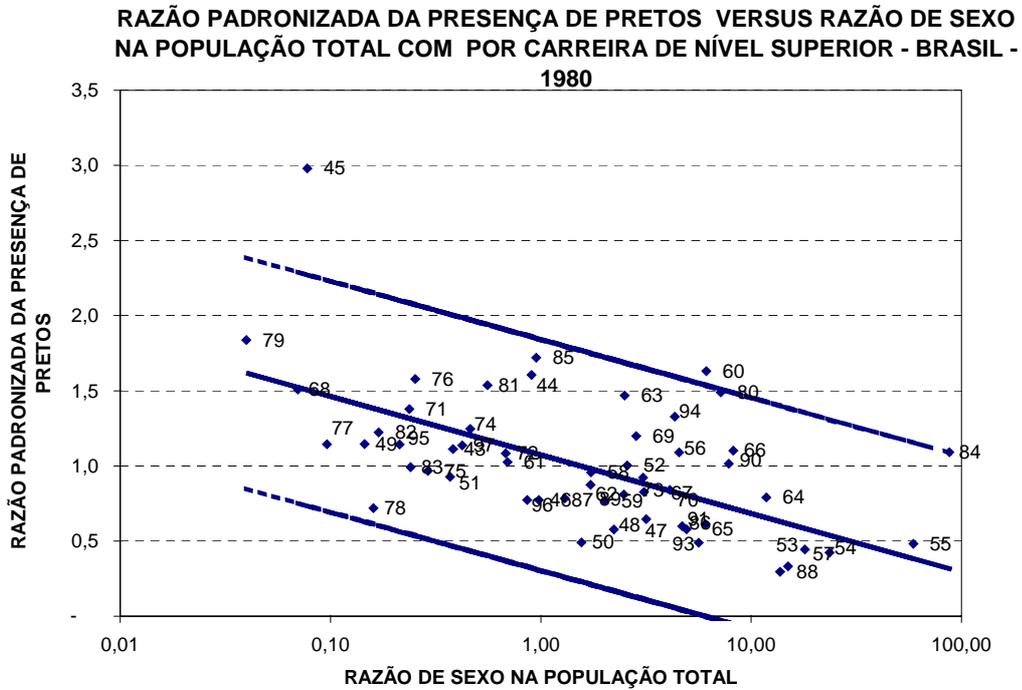


Gráfico 23

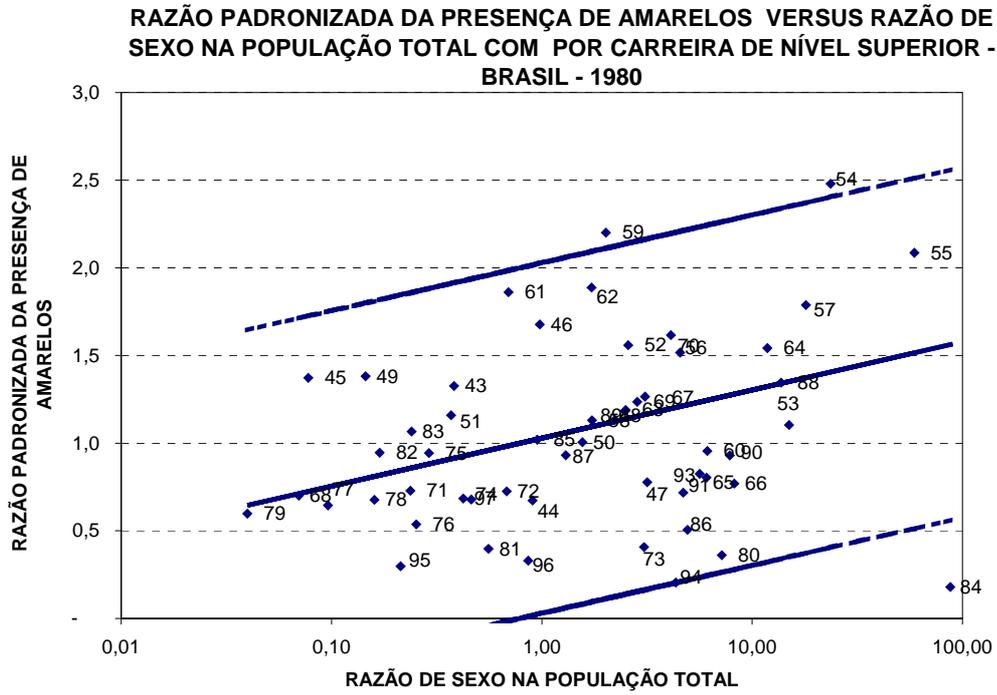


Gráfico 24

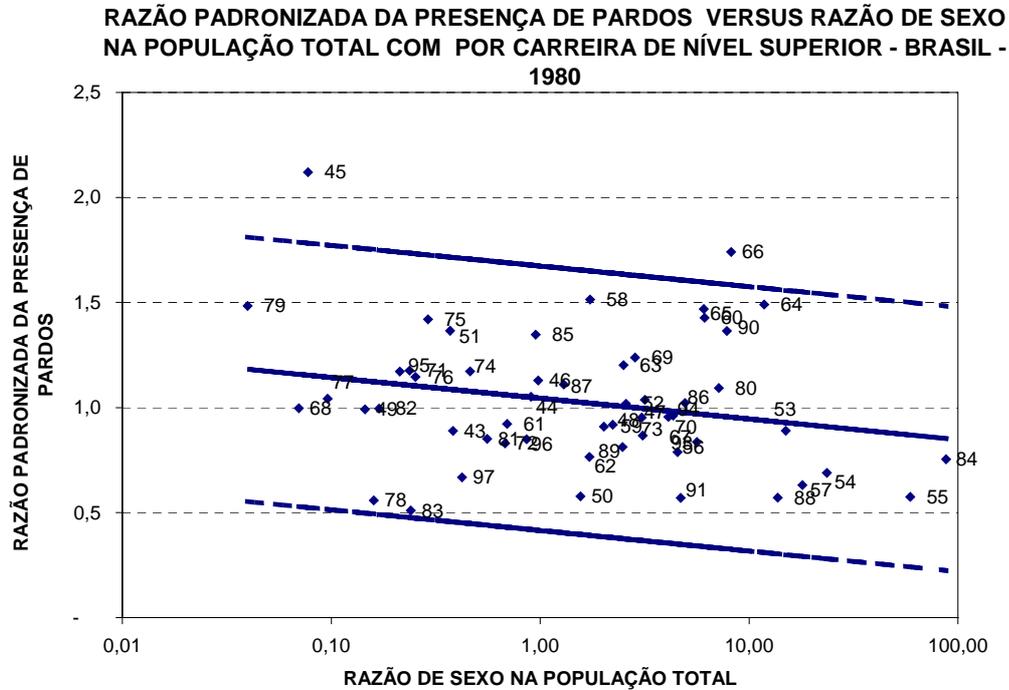


Gráfico 25

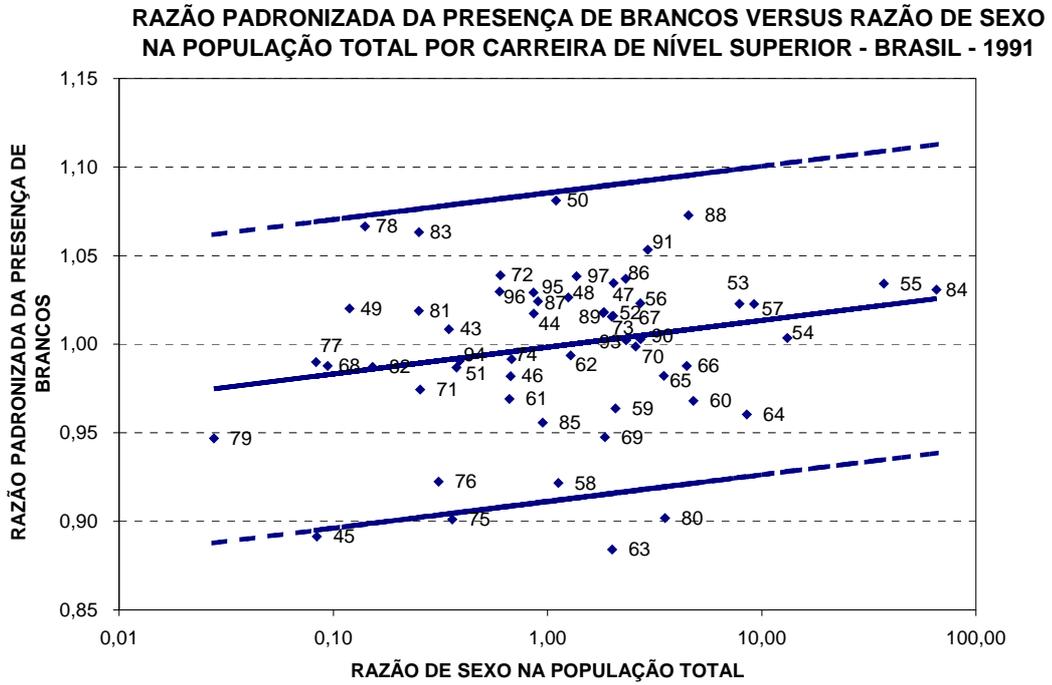


Gráfico 26

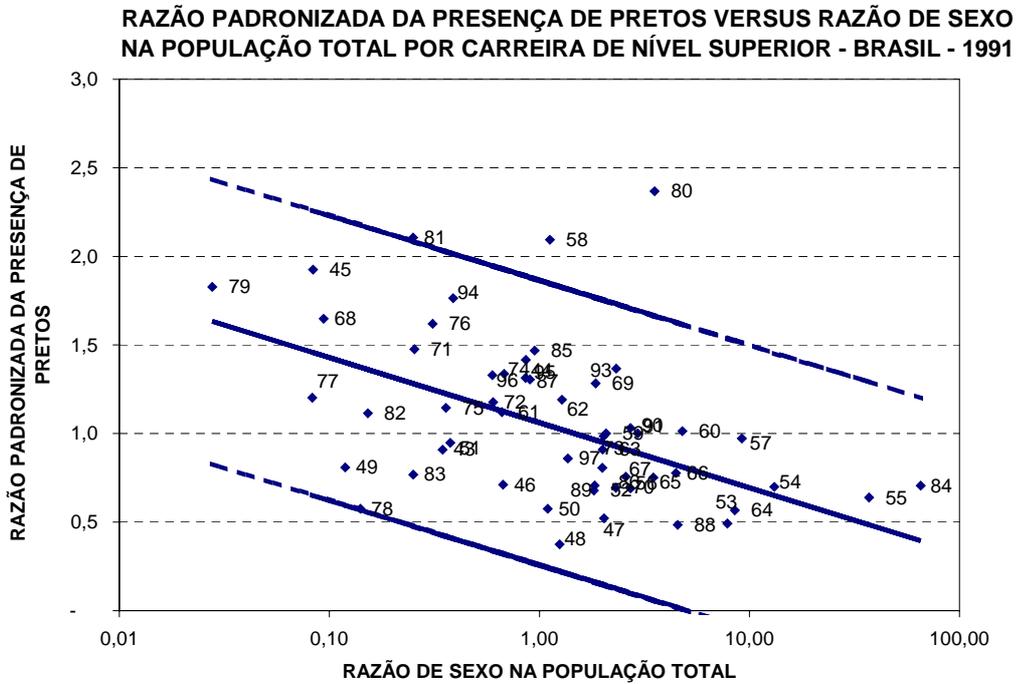


Gráfico 27

RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE AMARELOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR - BRASIL - 1991

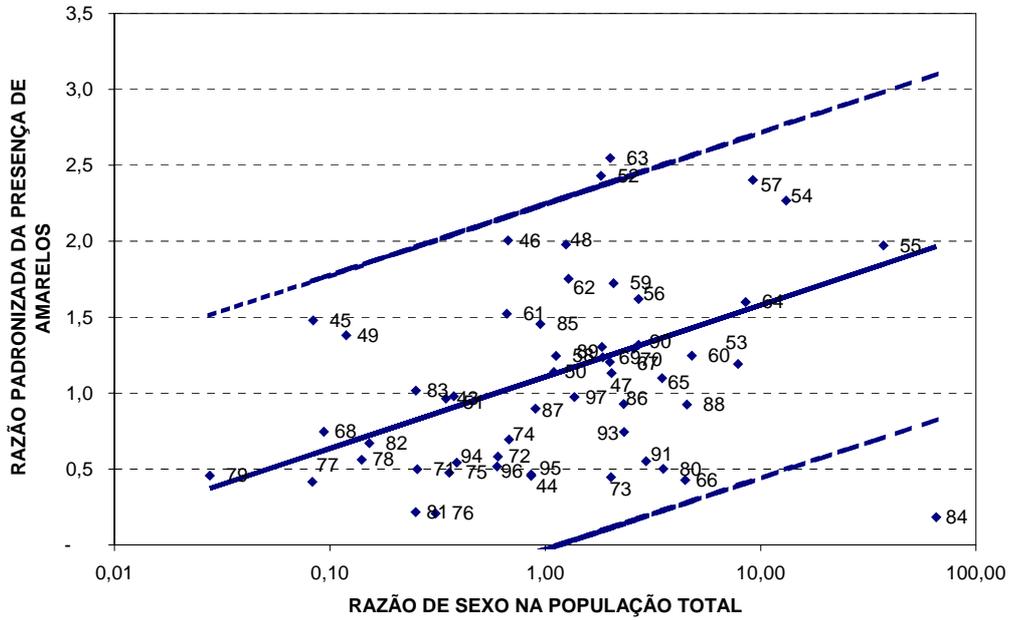


Gráfico 28

RAZÃO PADRONIZADA DA PRESENÇA DE PARDOS VERSUS RAZÃO DE SEXO NA POPULAÇÃO TOTAL POR CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR - BRASIL - 1991

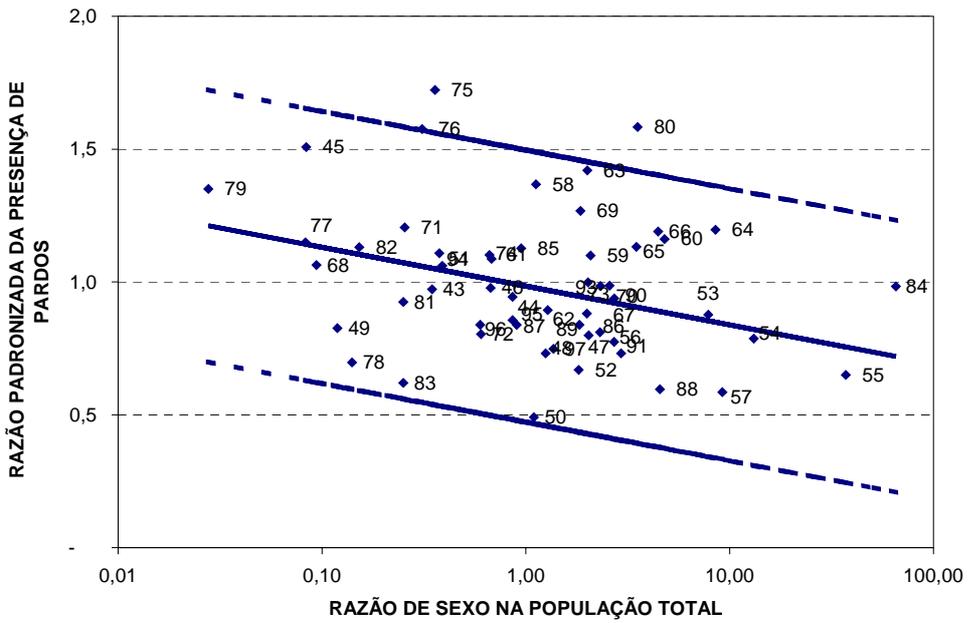


Gráfico 29

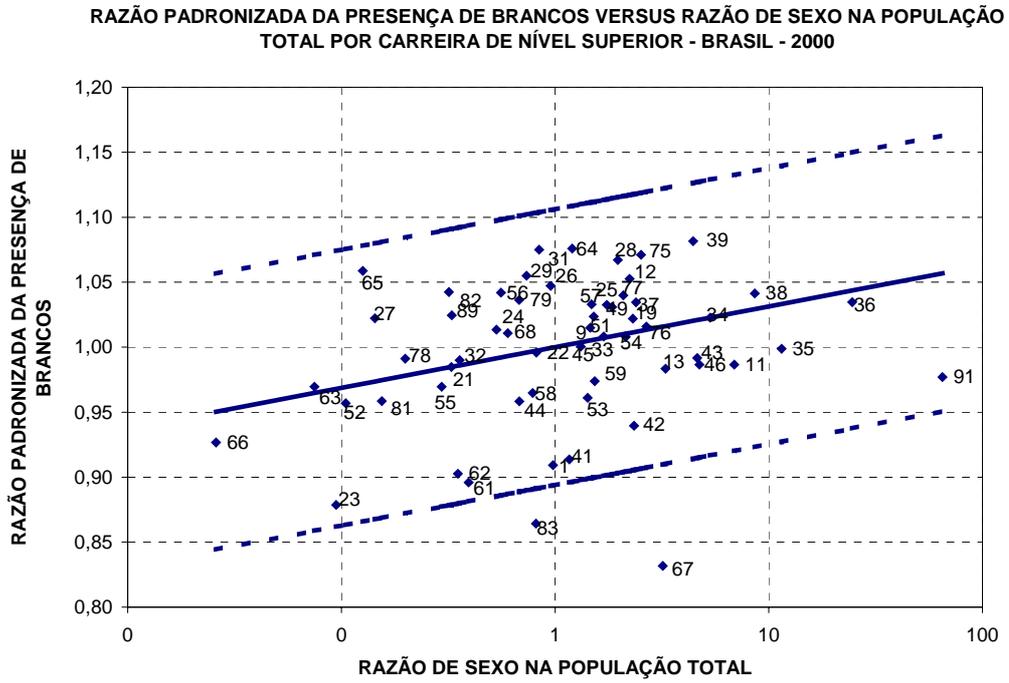


Gráfico 30

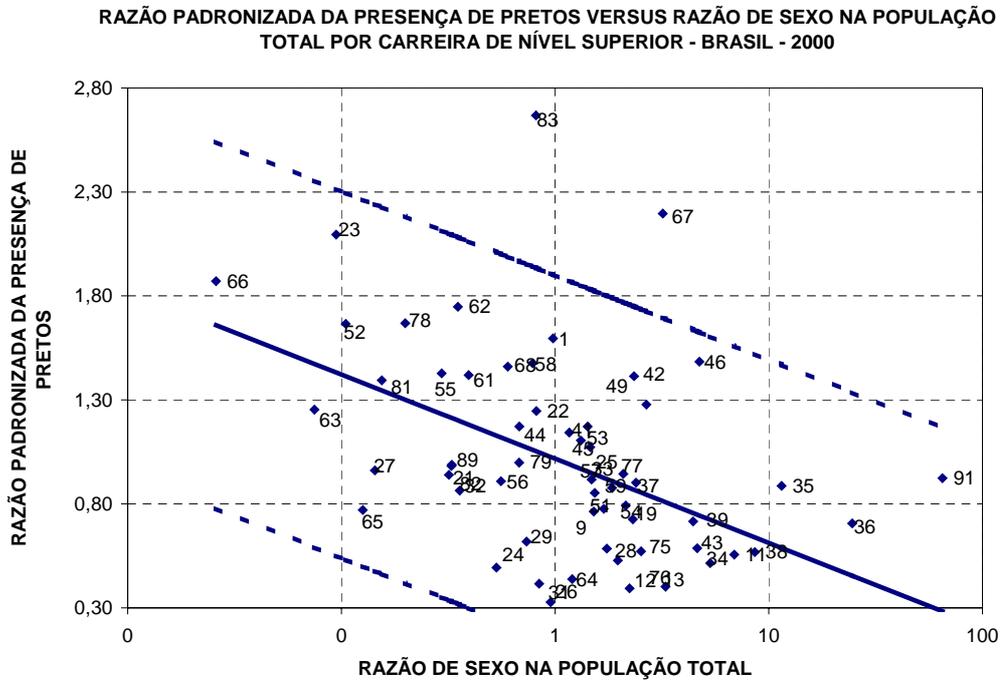


Gráfico 31

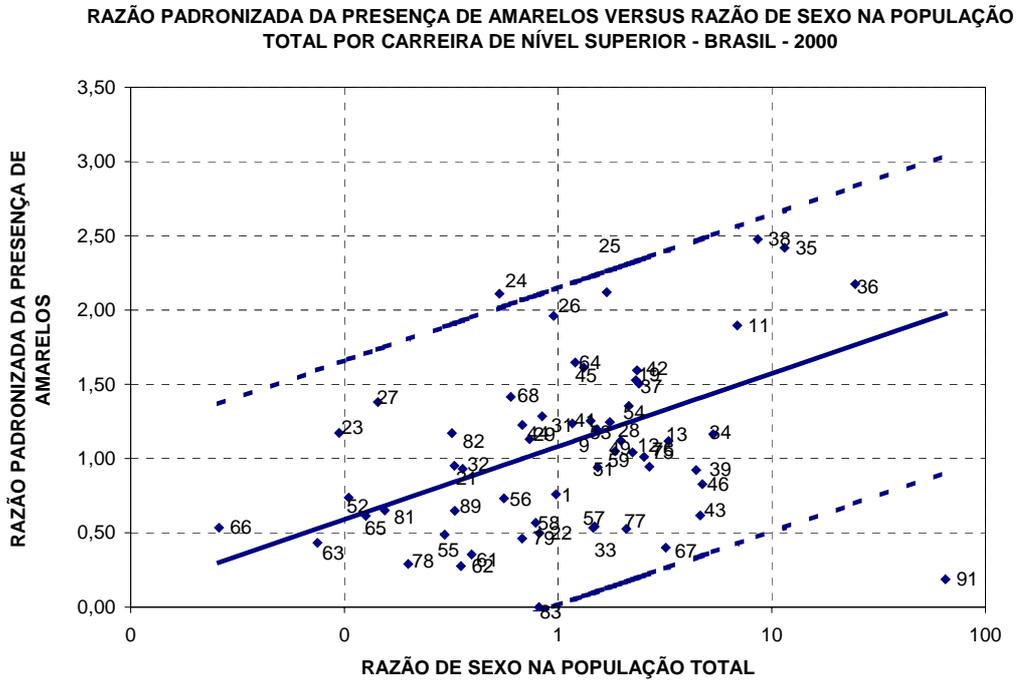
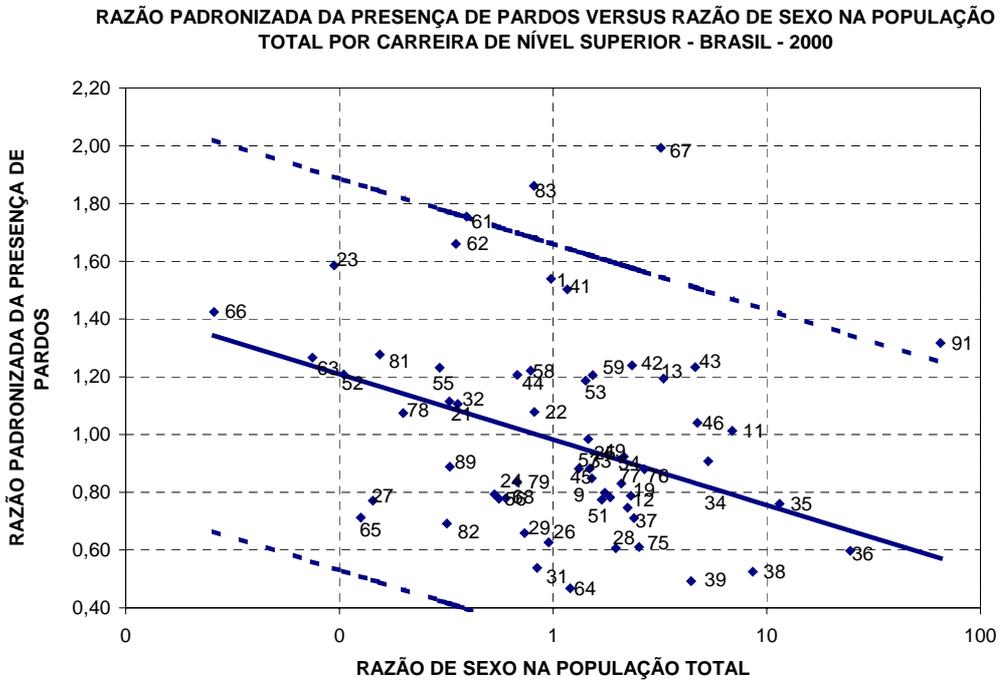


Gráfico 32



8. Comentários e Conclusões

O que podemos depreender dos dados censitários brasileiros no que concerne à inserção dos diferentes grupos de cor nas carreiras universitárias é que esta inserção ocorre de alguma forma espelhando a escala de ordenação de participação por sexo: via de regra carreiras mais masculinas tem uma menor participação de pretos e pardos e carreiras mais femininas, uma maior participação desses grupos. Este texto então confirma achados de estudos recentes que têm apontado para a segmentação desse mercado universitário tanto para as mulheres (Bourdieu, 1999) quanto para os negros (Teixeira, 1998; Queiroz, 2000; Guimarães e Prandi, 2001).

O aumento da escolaridade feminina e o de pretos e pardos seguiram linhas temporais muito semelhantes com um mesmo padrão de seleção social e hierarquização nos moldes dos determinantes sócio-econômicos constatados por Ribeiro e Klein (1982) nos anos 80. O que se conclui é que sim, existe uma certa coincidência entre os caminhos de acesso das mulheres e dos grupos de cor menos privilegiados. Estas observações são consistentes também com o fato de que o maior avanço nas últimas décadas tem sido mais expressivo entre as mulheres pretas e pardas do que entre os homens dos mesmos grupos de cor.

Algumas carreiras são exceções para esta regra, tanto entre as mais femininas como no outro extremo entre as mais masculinas. Entre as mais femininas, a maior inserção relativa de pretos e pardos se dá em enfermagem, geografia e história. Entre as mais masculinas esta maior inserção se dá nas carreiras de teologia e na carreira militar. É interessante notar que estas duas carreiras não se enquadram dentro da cadeia produtiva capitalista *stricto sensu*, mas dentro do mercado de bens simbólicos. Geografia e História são carreiras voltadas para o ensino e, portanto, também seguem a mesma lógica do mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 1999) com a vantagem adicional de terem uma

clientela cativa, o alunado, por oposição a profissões liberais nas quais a clientela precisa ser conquistada. A carreira de Psicologia (código 78 nos censos de 1980 e 1991 e 65 no censo de 2000), por exemplo, ainda que não apresente os pontos consistentemente fora dos intervalos de confiança, mostra valores mais altos e bem perto do limite superior para brancos nos três anos analisados e valores baixos e bem próximos ao limite inferior para pretos e pardos.

Os caminhos que representam exceções para os homens pretos e pardos são os mesmos considerados por Julien Sorel na obra de Stendhal: o Vermelho (carreira Militar – Defesa Nacional) e o Negro (carreira Eclesiástica - Teologia).

9. Bibliografia

BARCELOS, Luiz Cláudio. In. Educação: um quadro de desigualdades raciais. Estudos Afro-Asiáticos, n.23, p.37-69, dez. 1992

BARNETT, J. H. ; KARSON, M. J. Managers, values, and executive decisions – An exploration of the role of gender, career stage, organizational level, function, and the importance of ethics, relationships and results in managerial decision-making. Journal of Business Ethics, Vol. 8, No. 10, p. 747-771, October, 1989.

BATISTA, Marta A. R.; GALVÃO, Olívia M.R. Desigualdades raciais no mercado de trabalho brasileiro. Estudos Afro-Asiáticos, n.23, p.71-95, dez. 1992

BELTRÃO, Kaizô I. Acesso à educação: existe igualdade entre os sexos? Rio de Janeiro. TD 879, IPEA, maio 2002.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami. Acesso à educação : diferenciais entre os sexos. Rio de Janeiro : IPEA, 2002. (Texto para Discussão n. 879).

BELTRÃO, Kaizô Iwakami & ALVES, José Eustáquio D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX *Anais do XIV Encontro Nacional da ABEP*, Caxambu, 2004.

BELTRÃO, Kaizô I.; NOVELLINO, Maria Salet Alfabetização por raça e sexo no Brasil: evolução no período 1940 – 2000, RT1, ENCE/IBGE, 2002.

BORI, Carolina M. ; DURHAM, Eunice R. (Superv. Geral) ; SAMPAIO, Helena (Coord.) ; LIMONGI, Fernando ; TORRES, Haroldo. Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro. Brasília : MEC/INEP, 2000. 61p.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre & Jean-Claude PASSERON, *A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, André Augusto P. ; TEIXEIRA, Moema de Poli (Orgs.). Censo étnico-racial da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal de Mato Grosso : dados preliminares. Niterói : EdUFF, 2003. 53p.

CARVALHO, José Alberto Magno de, WOOD, Charles H., ANDRADE, Flávia Cristina Drumond. Estimating the stability of census-based racial/ethnic classifications: The case of Brazil, *Population Studies*, 58, 3, 2004, pp.331-343.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. Educação Superior : conceitos, definições e classificações. Brasília : MEC/INEP, 2000. 64p.

CENTRO DE ESTUDOS NIPO-BRASILEIROS. Pesquisa da população de descendentes de japoneses residentes no Brasil. São Paulo:1988.

COSTA, Tereza Cristina N. Araujo. O princípio classificatório 'cor', sua complexidade e implicações para um estudo censitário. *Revista Brasileira de Geografia*, v.36,n.3, p.91-106,jul./set.1974.

DINIZ, Cristovam Wanderley Picanço ; GUERRA, Renato Borges. Assimetrias da educação superior brasileira : vários brasis e suas conseqüências. Belém : EDUFPA, 2000. 132p.

DREHER, G. F. ; COX, T. H. Race, gender and opportunity : a study of compensation attainment and the establishment of mentoring relationships. *Journal of Applied Psychology*, Vol. 81, No. 3, p. 297-308, June 1996.

DURHAM, Eunice R. ; BORI, Carolina M. (Orgs.). Seminário O Negro no ensino superior. São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [2003]. 166p. (Série Capa Azul – Seminários CA 1/03)

DURHAM, Eunice R. O ensino superior no Brasil: Público e Privado. São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [2003]. (Documento de Trabalho 3/03)

FREITAG, Bárbara. Escola, estado & sociedade. São Paulo: Moraes,1986.

GARCIA, J. ; McWhorter, John ; LOURY, Glenn. Race & inequality : an exchange. *First Things : A Monthly Journal of Religion and Public Life*, No. 103, p. 22-40, May 2002.

HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

HASENBALG, Carlos A. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal,1979.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Vale. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. In: Lovell, PEGGY A. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR,1991.

HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro. TD 807, IPEA, julho de 2001.

HENZ, Ursula ; SUNDSTRÖM, Marianne. Partner choice and women's paid work in Sweden – the role of earnings. *European Sociological Review*, Vol. 17, No. 3, p. 295-316, 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil : síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 57-65, 2002. Suplemento.

HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 1-43, 2001.

IBGE. Censo demográfico 1960.

_____, Censo Demográfico 1970.

_____, Censo Demográfico 1980.

_____, Censo Demográfico 1991.

_____, Censo Demográfico 2000.

_____. Manual do Recenseador 1991-2000.

_____. Estatísticas do Século XX, 2003.

KERCKHOFF, A C. Making life plans – race, gender and career decisions – Howell, FM, Frese, W. *Social forces*, Vol. 62, No. 3, p. 837-839, 1984.

KLEIN, Lúcia. Política e Políticas de ensino superior no Brasil: 1970-1990. . São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [1992]. (Documento de Trabalho 2/92).

KLEIN, Ruben e RIBEIRO, Sérgio Costa – “A Divisão Interna da Universidade: Posição Social das Carreiras”, *Educação e Seleção*, nº 5, jan.jun. 1982.

LEE, William Keng Mun. Gender inequality and discrimination in Singapore. *Journal of Contemporary Asia*, Vol. 28, No. 4, p. 484-497, October 1998.

LEWIN, Helena. Diversificação da demanda ao ensino superior: o comportamento feminino diante da carreira universitária. Rio de Janeiro, Fundação CESGRARIO, 1977.

LIMONGI, Fernando P., PIQUET CARNEIRO, Leandro, SILVA, Paulo Henrique da, MANCUSO, Wagner P., *Acesso à universidade de São Paulo: atributos socioeconômicos dos excluídos e dos ingressantes no vestibular*. São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [2002]. (Documento de Trabalho 3/02)

LOVELL, *Peggy A., org. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991.

MACHADO, Elielma Ayres ; BARCELOS, Luiz Cláudio. Relações raciais entre universitários no Rio de Janeiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2., p. 1-36, 2001.

- MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes.
- MCEL RATH, K. Gender, career disruption and academic rewards. *Journal of Higher Education*, Vol. 63, No. 3, p. 269-281, May-June, 1992.
- NEGRO e educação : presença do negro no sistema educacional brasileiro. São Paulo : Ação Educativa ; Rio de Janeiro : ANPed, 2001. 100p.
- NORDKVELLE, Yngve Troye. Internationalising the school – critical perspectives on the Globalisation process of the Nordic school. [s.l.] : Lillehammer College, 1999. (Working paper, No. 82).
Acesso em 2003. Disponível em: <http://www.hil.no/biblioteket/fulltekst/anotat82.pdf>
- OLIVEIRA, Jane Souto de Brasil, mostra a tua cara imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. Rio de Janeiro, 2001, mimeo.
- OPPENHEIMER, V. K. ; KALMIJN, M. ; LIM, N. Men's career development and marriage timing during a period of rising inequality. *Demography*, Vol. 34, No. 3, p. 311-330, August, 1997
- PARK, Hyunjoon ; SANDERFUR, Gary D. Racial/ethnic differences in voluntary and involuntary job mobility among young men. *Social Science Research*, v. 32, n. 3, p. 347-375, September 2003.
- PROPOSTA : Revista trimestral de debate da FASE, v. 27, n. 76, p. 6-81, mar./maio, 1998.
- QUEM é e o que pensa o graduando : 1996 : Engenharia Civil. Brasília : MEC/INEP, [1997]. 50p.
Raça e gênero no Brasil. *Lua Nova-Revista de Cultura e Política*, n.35,p.39-71,1995.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, n. 25, p. 5-342, 1997.
Tema: Negro Brasileiro Negro.
- RIBEIRO, Sergio Costa ; KLEIN, Ruben. A Divisão interna da universidade : posição social das carreiras. *Educação e seleção*, n. 5, p. 29-43, jan./jun. 1982.
- RIBEIRO, Sergio Costa. O Vestibular 1988 : seleção ou exclusão ?. *Educação e seleção*, n. 18, p. 93-109, jul./dez. 1988.
- RIBEIRO, Sérgio Costa. Acesso ao ensino superior: uma visão, São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [1989]. (Documento de Trabalho 3/03) Cadernos NUPES 5/89.
- RIBEIRO, Vera Masagão. Alfabetismo e atitudes : pesquisa com jovens e adultos. 2.ed. Campinas : Papyrus; São Paulo : Ação Educativa, 2002. 255p.
- ROMANELLI, Geraldo. O Significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 76, n. 184, p. 445-476, set./dez. 1995.
- ROMANELLI, Otaíza O..*História da Educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis, Ed.Vozes, 2001.

ROSCIGNO, Vincent J. Family/School inequality and african-american/hispanic achievement. *Social Problems*, Vol. 47, No. 2, p. 266-290, May 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Políticas Educacionais e Gênero: um balanço dos anos 1990, *Cadernos Pagu*, (16), 2001: pp. 151-197.

ROSEMBERG, Fúlvia et al. Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no estado de São Paulo. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia. Psicologia, profissão feminina. *Cadernos de Pesquisa : Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, São Paulo, n. 47, p. 32-37, nov. 1983.

SAITO, Hiroshi, org. A presença japonesa no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990, São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [1991]. (Documento de Trabalho 8/91)

SAMPAIO, Helena. A desigualdade no acesso ao ensino superior. Observações preliminares sobre os afro-descendentes, São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [2002]. (Documento de Trabalho 2/02).

SAMPAIO, Helena, LIMONGI, Fernando, TORRES, Haroldo. Equidade e Heterogeneidade no ensino superior brasileiro, São Paulo : USP/NUPES - Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, [2000]. (Documento de Trabalho 1/00).

SANTOS, Joel Rufino dos. A inserção do negro e seus dilemas. *Parcerias Estratégicas*, n.6, p.110-154, março 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco : diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 55, p. 83-96, nov. 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. Fora de foco: diversidade e identidades étnicas no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, n.55, p.83-96, nov.1999.

SEYFERTH, Giralda ; BENTO, Maria Aparecida Silva ; SILVA, Maria Palmira da ; PEREIRA, João Baptista Borges ; SIQUEIRA, Maria de Lourdes ; SILVÉRIO, Valter Roberto ; SILVA, Maria Aparecida da ;

GOMES, Joaquim Barbosa. *Racismo no Brasil*. São Paulo : Fundação Petrópolis ; ABONG ; Ação Educativa ; Rio de Janeiro : ANPEd, 2002. 143p.

SHORTERGOODEN, J. Young, black and female : the challenge of weaving na identity. *Journal of Adolescence*, Vol. 19, No. 5, p. 465-475, October, 1996.

SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa : Revista de Estudos e Pesquisas em Educação*, São Paulo, n. 117, p. 219-246, nov. 2002.

SIMÕES, Maria de Fátima. O Interesse do auto-conceito em educação. Lisboa : Plátano Edições Técnicas, 2001. 73p.

SLAUGHTER, S. Class, race and gender and the construction of post –secondary curricula in the United States : Social movement, professionalization and political economic theories of curricular change. *Journal of Curriculum Studies*, Vol. 29, No. 1, p. 1-30, January-February, 1997.

SOARES, Maria Susana Arrosa (Coord.). *Educação Superior no Brasil*. Brasília : MEC/CAPES ; Caracas : UNESCO/IESALC ; Porto Alegre : UFRS/IFCH/GEU, 2002. 304p.

STENDHAL, O Vermelho e o Negro , P&PM Pocket, Porto Alegre, 2002.

TAM, Tony. Sex segregation and occupational gender inequality in the United States : devaluation or specialized training ? *The American Journal of Sociology*, Vol. 102, No. 6, p. 1652-1692, May 1997.

TEIXEIRA, Moema de Poli. Negros em ascensão social : trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro. 1998. 331f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1998.

TEIXEIRA, Moema de Poli. Raça e gênero na universidade : uma análise da seletividade das carreiras. (mimeo.).

THOMPSON, Audrey. For : Anti-Racist Education. *Curriculum Inquiry*, Vol. 27, No. 1, p. 7-44, 1997.

TOMASKOVIC-DEVEY, Donald. The Gender and race composition of jobs and the male/female, white/black pay gaps. *Social Forces*, Vol. 72, No. 1, p. 45-76, 1993.

TRIGO, Maria Helena Bueno. A Mulher universitária ; códigos de sociabilidade e relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina ; SORJ, Bila (Orgs.). *Novos olhares : mulheres e relações de gênero no Brasil*. Rio de Janeiro : Fundação Carlos Chagas ; Ed. Marco Zero, [1994]. p. 89-110.

UNIVERSIDADE – debate : O Consenso é que é preciso uma distribuição de vagas mais igualitária no ensino. *PUC Minas, Belo Horizonte*, v. 16, n. 240, p. 8-9. Seção Integração Social.

WILSON, Andrea E. ; HARDY, Melissa A . Racial disparities in income security for a cohort of aging american women. *Social Forces*, Vol. 80, No. 4, p. 1283-1306, June, 2002.

WILSON, Franklin D. Ethnic niching and metropolitan labor markets. *Social Science Research*, Vol. 32, No. 3, p. 429-466, September 2003.

WOOD, Charles H. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. In: LOVELL, Peggy A .(Org.). *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte : CEDEPLAR ; UFMG, 1991. p. 93-111.

9. ANEXO

Carreiras Censo 1960

Curso Superior Concluído	Razão de sexo TOTAL	Razão padronizada BRANCO	Razão padronizada PRETO	Razão padronizada AMARELO	Razão padronizada PARDO
73 - Serviços Sanitaristas.	0,0405	0,9593	0,0000	0,0000	1,9474
72 - Artes Domesticas	0,4000	1,0626	0,0000	0,0000	0,0000
50 - Geografia/Historia	0,5468	1,0057	2,4775	0,0000	0,8631
51 - Historia Natural	0,5685	1,0187	1,1161	0,0000	0,7329
57 - Belas Artes	0,6548	1,0352	0,0000	0,0000	0,5168
76 - Educação Física.	0,6754	0,9962	0,0000	0,0000	1,2516
52 - Letras	0,6840	0,9931	0,7963	0,5365	1,1808
79 - Outros (Nivel Superior)	1,0022	1,0110	3,0593	1,7176	0,5617
54 - Outros Cursos	1,3170	1,0217	1,1270	0,3390	0,6446
53 - Matematica/Fisica/Quimica/Desenho	1,9298	0,9793	0,4438	4,3783	1,1470
61 - Farmacia	2,6127	1,0012	0,8768	1,7179	0,9314
62 - Odontologia	6,2009	0,9976	0,3825	0,9992	1,1050
71 - Ciencias Estatisticas	7,2500	1,0250	0,0000	0,0000	0,7080
65 - Arquitetura	8,3898	0,9983	0,8532	3,0793	0,8675
70 - Ciencias Economicas	9,3460	0,9993	0,5783	2,5047	0,9229
63 - Veterinaria	13,7770	1,0046	1,2656	0,8859	0,9067
60 - Medicina	13,7808	1,0060	1,0051	0,4710	0,9402
67 - Direito	17,3128	0,9989	1,1519	0,3336	1,0659
66 - Quimica Industrial	17,6250	1,0166	1,2336	2,5443	0,5376
78 - Eclesiastico (Nivel Superior)	29,6364	0,9981	1,2077	0,1500	1,0993
68 - Agronomia	52,8119	0,9641	1,3914	4,0595	1,3670
64 - Engenharia	56,0745	1,0136	1,0230	1,3753	0,6811
74 - Militar Superior	402,0000	0,9872	1,2654	0,0000	1,3129

Carreiras Censo 1970

Curso Superior Concluído	Razão de masculinidade
ENFERMAGEM	0,070
SERVIÇO SOCIAL	0,114
PEDAGOGIA	0,184
LETRAS	0,379
CIÊNCIAS SOCIAIS	0,389
BELAS ARTES	0,407
GEOGRAFIA/HISTÓRIA	0,436
PSICOLOGIA	0,436
FILOSOFIA	0,510
HISTÓRIA NATURAL	0,515
EDUCAÇÃO FÍSICA	0,820
OUTROS	1,150
MATEMÁTICA/FÍSICA/QUÍMICA	1,552
FARMÁCIA	2,145
CONTABILIDADE/ATUÁRIA	4,298
ODONTOLOGIA	4,619
ARQUITETURA	5,017
ESTATÍSTICA	5,078
ADMINISTRAÇÃO	5,524
QUÍMICA INDUSTRIAL	6,108
DIREITO	6,934
MEDICINA	8,357
ECONOMIA	10,511
TEOLOGIA	13,367
MEDICINA VETERINÁRIA	16,431
AGRONOMIA	27,951
ENGENHARIA	54,254
DEFESA NACIONAL	409,870

Carreiras Censo 1980

	Razão de sexo TOTAL	Razão padronizada BRANCO	Razão padronizada PRETO	Razão padronizada AMARELO	Razão padronizada PARDO
79 - serviço social - superior	0,0398	0,9575	1,8379	0,5975	1,4838
68 - biblioteconomia - superior	0,0700	1,0053	1,5089	0,7008	0,9971
45 - enfermagem - superior	0,0775	0,8606	2,9794	1,3728	2,1206
77 - educação - superior	0,0962	1,0057	1,1447	0,6451	1,0418
49 - nutrição - superior	0,1452	0,9878	1,1455	1,3811	0,9916
78 - psicologia - bacharelado	0,1600	1,0563	0,7196	0,6769	0,5577
82 - lingüística - superior	0,1693	1,0003	1,2234	0,9458	0,9952
94 - educação - mestrado	0,2131	1,0036	1,1431	0,2979	1,1714
71 - antropologia - superior	0,2374	0,9878	1,3783	0,7289	1,1762
83 - belas artes - superior	0,2405	1,0466	0,9924	1,0655	0,5104
76 - história - bacharelado	0,2529	0,9951	1,5779	0,5367	1,1460
75 - geografia - bacharelado	0,2909	0,9603	0,9672	0,9429	1,4204
51 - ciências - bacharelado	0,3706	0,9594	0,9274	1,1591	1,3654
43 - biologia - superior	0,3827	0,9999	1,1124	1,3267	0,8886
96 - artes - mestrado	0,4230	1,0416	1,1363	0,6837	0,6680
74 - filosofia - bacharelado	0,4621	0,9908	1,2466	0,6790	1,1728
81 - museologia - superior	0,5578	1,0290	1,5367	0,3976	0,8512
72 - comunicações - superior	0,6802	1,0247	1,0835	0,7251	0,8299
61 - matemática - bacharelado	0,6946	0,9807	1,0251	1,8614	0,9222
95 - biblioteconomia - mestrado	0,8609	1,0378	0,7731	0,3302	0,8486
44 - educação física - superior	0,9034	1,0000	1,6055	0,6731	1,0513
85 - diplomacia - superior	0,9508	0,9589	1,7197	1,0191	1,3471
46 - farmácia - superior	0,9788	0,9680	0,7740	1,6772	1,1291
87 - biologia - mestrado	1,2995	0,9931	0,7842	0,9315	1,1098
50 - arquitetura - superior	1,5595	1,0461	0,4904	1,0047	0,5773
62 - química - bacharelado	1,7235	0,9968	0,8739	1,8875	0,7651
58 - estatística - superior	1,7334	0,9453	0,9571	1,1305	1,5144
59 - física - bacharelado	2,0183	0,9736	0,7686	2,2010	0,9088
48 - dentistas	2,2244	1,0075	0,5775	1,1322	0,9183
89 - computação - mestrado	2,4813	1,0146	0,8094	1,1823	0,8119
63 - astronomia - superior	2,5063	0,9702	1,4681	1,1890	1,2016
52 - computação - superior	2,5753	0,9808	1,0038	1,5582	1,0181
69 - contabilidade - superior	2,8437	0,9674	1,1989	1,2350	1,2384
73 - direito - superior	3,0633	1,0238	0,9218	0,4079	0,9524
67 - administração - superior	3,0991	1,0065	0,8266	1,2648	0,8663
47 - medicina - superior	3,1688	1,0063	0,6459	0,7772	1,0368
70 - economia - superior	4,1055	0,9866	0,8411	1,6166	0,9549
93 - direito - mestrado	4,3325	1,0258	1,3279	0,2049	0,9619
56 - química - superior	4,5430	1,0042	1,0895	1,5166	0,7877
91 - administração - mestrado	4,7055	1,0548	0,5986	0,7171	0,5702
86 - medicina - mestrado	4,9337	1,0168	0,5781	0,5062	1,0214
92 - economia - mestrado	5,6308	1,0260	0,4889	0,8249	0,8357

65 - veterinária - superior	6,0681	0,9628	0,6118	0,8036	1,4694
60 - geologia - superior	6,1166	0,9537	1,6306	0,9554	1,4277
80 - sacerdote - superior	7,1665	1,0065	1,4885	0,3604	1,0933
90 - agronomia - mestrado	7,8218	0,9659	1,0155	0,9298	1,3646
66 - agrimensura - superior	8,2171	0,9328	1,1020	0,7694	1,7407
64 - agrícola - superior	11,8169	0,9363	0,7905	1,5419	1,4900
88 - engenharia - mestrado	13,7264	1,0378	0,2963	1,3450	0,5708
53 - engenharia - superior	14,9722	1,0133	0,3320	1,1038	0,8895
57 - topografia - superior	18,0140	1,0168	0,4438	1,7874	0,6309
54 - eletricidade - superior	23,5771	0,9896	0,4232	2,4796	0,6896
55 - engenharia - superior	59,0199	1,0128	0,4819	2,0860	0,5744
84 - academia militar	87,6148	1,0492	1,0908	0,1794	0,7538

Carreiras Censo 1991

	Razão de sexo TOTAL	Razão padronizada BRANCO	Razão padronizada PRETO	Razão padronizada PARDO	Razão padronizada AMARELO	Razão padronizada INDÍGENA
79-Servico Social	0,0277	0,9469	1,8282	1,3498	0,4564	0,3656
77-Pedagogia	0,0830	0,9899	1,2022	1,1492	0,4160	0,9716
45-Enfermagem	0,0837	0,8914	1,9256	1,5074	1,4786	3,0623
68-Biblioteconomia	0,0939	0,9877	1,6474	1,0632	0,7454	-
49-Outros da Biologia	0,1190	1,0202	0,8085	0,8262	1,3810	-
78-Psicologia	0,1406	1,0665	0,5750	0,6971	0,5606	1,7088
82-Letras	0,1524	0,9872	1,1144	1,1304	0,6699	0,5132
81-Outros de Humanas	0,2504	1,0189	2,1054	0,9251	0,2161	-
83-Artes	0,2508	1,0632	0,7677	0,6203	1,0158	0,4994
71-Ciências e Estudos Sociais	0,2543	0,9743	1,4755	1,2052	0,4985	2,3753
76-História	0,3101	0,9225	1,6194	1,5757	0,2075	0,8636
43-Biologia	0,3464	1,0084	0,9088	0,9719	0,9632	2,0522
75-Geografia	0,3588	0,9011	1,1445	1,7224	0,4757	0,9734
51-Ciências Exatas	0,3762	0,9868	0,9473	1,1080	0,9791	-
94-Mestrado ou Doutorado-Pedagogia	0,3887	0,9906	1,7640	1,0608	0,5421	-
96-Mestrado ou Doutorado-Letras e Artes	0,5975	1,0297	1,3292	0,8387	0,5158	4,1949
72-Comunicação Social	0,6022	1,0389	1,1764	0,8037	0,5813	0,4771
61-Matemática	0,6630	0,9691	1,1212	1,1014	1,5223	0,4953
46-Farmácia	0,6719	0,9819	0,7111	0,9776	2,0055	0,2567
74-Filosofia	0,6787	0,9915	1,3370	1,0872	0,6941	-
95-Mestrado ou Doutorado-Outros(C.Humanas e Sociais)	0,8596	1,0292	1,3136	0,8564	0,4643	1,3621
44-Educação Física	0,8607	1,0173	1,4159	0,9438	0,4547	1,5405
87-Mestrado ou Doutorado-Outros(Biologia)	0,9012	1,0243	1,3055	0,8385	0,8970	2,9858
85-Outros Cursos de Grau Superior	0,9484	0,9558	1,4684	1,1264	1,4551	1,6266
50-Arquitetura e Urbanismo	1,0957	1,0810	0,5750	0,4908	1,1388	1,1164
58-Estatística	1,1224	0,9216	2,0934	1,3675	1,2447	-
48-Odontologia	1,2492	1,0264	0,3743	0,7312	1,9789	0,5243
62-Química	1,2815	0,9937	1,1909	0,8941	1,7529	1,4316
97-Mestrado ou Doutorado-(área não especificada)	1,3653	1,0383	0,8594	0,7481	0,9738	3,3103
52-Ciências da Computação	1,8164	1,0176	0,6786	0,6694	2,4314	1,7926
89-Mestrado ou Doutorado-	1,8341	1,0181	0,7068	0,8386	1,3039	-

Outros(C.Tecnológicas)						
69-Ciências Contábeis e Atuariais	1,8513	0,9475	1,2827	1,2670	1,2366	0,6553
67-Administração	1,9936	1,0156	0,8070	0,8811	1,2046	0,9940
63-Outros da Tecnologia	2,0014	0,8841	0,9091	1,4202	2,5480	-
73-Direito	2,0217	1,0160	0,9855	0,9988	0,4456	0,7122
47-Medicina	2,0315	1,0346	0,5213	0,7993	1,1314	0,8048
59-Física	2,0770	0,9637	1,0008	1,0997	1,7227	4,3448
86-Mestrado ou Doutorado-Medicina	2,3131	1,0369	0,6932	0,8107	0,9277	-
93-Mestrado ou Doutorado-Direito	2,3223	1,0022	1,3665	0,9849	0,7442	-
70-Ciências Econômicas	2,5783	0,9986	0,7563	0,9860	1,2927	1,2493
56-Engenharia Química e Química Industrial	2,7128	1,0232	0,6902	0,7745	1,6199	1,9922
90-Mestrado ou Doutorado-C.Agrárias	2,7153	1,0028	1,0310	0,9379	1,3182	-
91-Mestrado ou Doutorado-Administração	2,9370	1,0533	1,0007	0,7311	0,5513	-
65-Medicina Veterinária	3,4894	0,9821	0,7516	1,1322	1,0986	2,3211
80-Teologia	3,5339	0,9019	2,3676	1,5828	0,5013	-
66-Outros agrários	4,4611	0,9877	0,7765	1,1901	0,4269	2,5172
88-Mestrado ou Doutorado-Engenharia	4,5494	1,0728	0,4840	0,5961	0,9245	1,7000
60-Geologia	4,7900	0,9680	1,0137	1,1614	1,2457	2,2343
53-Engenharia Civil	7,8546	1,0228	0,4922	0,8767	1,1919	0,8328
64-Agronomia	8,5182	0,9604	0,5669	1,1962	1,5998	1,0756
57-Engenharia não classificada ou mal definida	9,2063	1,0227	0,9717	0,5854	2,4028	0,6857
54-Engenharia Elétrica e Eletrônica	13,1491	1,0035	0,6995	0,7864	2,2674	0,9629
55-Engenharia Mecânica	37,1491	1,0342	0,6388	0,6501	1,9724	1,3771
84-Defesa Nacional(Militar)	65,4317	1,0308	0,7060	0,9832	0,1830	1,5510

Carreiras Censo 2000

Cursos de Nível Superior por Faixa Etária	Todas as cores razão de sexos	razão padrão brancos	razão padrão pretos	razão padrão amarelos	razão padrão pardos	razão padrão indígenas	razão padrão negros
66 - Serviço Social - Graduação	0,0259	0,9266	1,8715	0,5347	1,4244	0,9219	1,4900
63 - Pedagogia - Graduação	0,0748	0,9695	1,2533	0,4332	1,2663	1,0444	1,2643
23 - Enfermagem - Graduação	0,0945	0,8786	2,0954	1,1729	1,5853	1,6022	1,6602
52 - Biblioteconomia - Graduação	0,1048	0,9568	1,6659	0,7367	1,2081	1,7720	1,2753
65 - Psicologia - Graduação	0,1259	1,0587	0,7708	0,6137	0,7127	0,8013	0,7212
27 - Outros de Ciências Biológicas e da Saúde - Graduação	0,1434	1,0223	0,9610	1,3806	0,7712	1,0294	0,799107
81 - Letras - Graduação	0,1545	0,9585	1,3938	0,6511	1,2773	0,9734	1,2944
78 - Pedagogia - Mestrado ou Doutorado	0,1992	0,9912	1,6683	0,2896	1,0743	1,4648	1,1615
55 - Ciências e Estudos Sociais - Graduação	0,2946	0,9695	1,4276	0,4878	1,2316	1,3407	1,2603
82 - Artes - Graduação	0,3187	1,0425	0,9395	1,1716	0,6919	0,8330	0,7282
21 - Biologia - Graduação	0,3271	0,9847	0,9822	0,9514	1,1147	1,0114	1,0952
89 - Letras e Artes - Mestrado ou Doutorado	0,3290	1,0246	0,9878	0,6487	0,8889	2,1017	0,9034
62 - História - Graduação	0,3507	0,9027	1,7478	0,2759	1,6600	1,2624	1,6728
32 - Ciências - Graduação	0,3577	0,9899	0,8642	0,9299	1,1054	0,3415	1,0700
61 - Geografia - Graduação	0,3937	0,8959	1,4193	0,3545	1,7553	1,3490	1,7059
24 - Farmácia - Graduação	0,5318	1,0134	0,4930	2,1094	0,7934	0,2499	0,7492
56 - Comunicação Social - Graduação	0,5577	1,0420	0,9085	0,7315	0,7777	1,2613	0,7968
68 - Outros de Ciências Humanas e Sociais - Graduação	0,6006	1,0108	1,4600	1,4158	0,7792	0,7878	0,8792
79 - Outros de Ciências Humanas e Sociais - Mestrado ou Doutorado	0,6789	1,0363	0,9983	0,4609	0,8363	4,0307	0,8600
44 - Matemática - Graduação	0,6808	0,9584	1,1720	1,2254	1,2063	1,2122	1,2012
29 - Outros de Ciências Biológicas e da Saúde - Mestrado ou Doutorado	0,7359	1,0550	0,6187	1,1308	0,6585	1,7761	0,6526
58 - Filosofia - Graduação	0,7846	0,9647	1,4764	0,5673	1,2210	2,9015	1,2585
83 - Outros de Letras e Artes - Graduação	0,8142	0,8642	2,6680	0,0000	1,8614	0,0000	1,9798
22 - Educação Física - Graduação	0,8180	0,9959	1,2462	0,4961	1,0782	1,2062	1,1028
31 - Arquitetura e Urbanismo - Graduação	0,8414	1,0750	0,4155	1,2845	0,5383	0,9116	0,5202
26 - Odontologia - Graduação	0,9530	1,0472	0,3268	1,9604	0,6264	0,6572	0,5823
01 - Outros cursos de Graduação	0,9772	0,9092	1,5953	0,7589	1,5390	1,4317	1,5472
41 - Estatística - Graduação	1,1647	0,9136	1,1427	1,2370	1,5031	1,1921	1,4501
64 - Propaganda e Marketing - Graduação	1,2035	1,0759	0,4385	1,6472	0,4672	1,2254	0,4629
45 - Química - Graduação	1,3199	1,0005	1,1049	1,6134	0,8821	0,4761	0,9148
53 - Ciências Contábeis e Atuariais - Graduação	1,4212	0,9611	1,1716	1,2534	1,1867	1,0707	1,1845
09 - Outros cursos de Mestrado ou Doutorado	1,4605	1,0150	1,0727	0,5335	0,9841	1,0458	0,9971

57 - Direito - Graduação	1,4833	1,0331	0,9174	0,5428	0,8815	0,6723	0,8868
51 - Administração - Graduação	1,5180	1,0236	0,7633	1,1974	0,8484	0,6922	0,8358
59 - Formação Professores Disciplinas Especiais - Graduação	1,5332	0,9738	0,8529	0,9408	1,2058	2,5141	1,1539
33 - Ciências da Computação - Graduação	1,6900	1,0083	0,7759	2,1202	0,7745	0,8823	0,7746
25 - Medicina - Graduação	1,7461	1,0326	0,5851	1,2454	0,7985	1,1731	0,7671
49 - Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas - exclusive Engenharia - Mestrado ou doutorado	1,8497	1,0310	0,8765	1,0493	0,7824	2,1581	0,7962
28 - Medicina - Mestrado ou Doutorado	1,9659	1,0671	0,5279	1,1205	0,6065	1,0822	0,5949
77 - Direito - Mestrado ou Doutorado	2,0867	1,0399	0,9438	0,5271	0,8302	1,4782	0,8469
54 - Ciências Econômicas - Graduação	2,1447	1,0079	0,7919	1,3534	0,9235	0,5659	0,9041
12 - Medicina Veterinária - Graduação	2,2294	1,0526	0,3933	1,0415	0,7470	0,0000	0,6950
19 - Ciências Agrárias - Mestrado ou Doutorado	2,3141	1,0220	0,7254	1,5277	0,7879	0,8058	0,7787
42 - Física - Graduação	2,3414	0,9395	1,4140	1,5941	1,2394	1,1081	1,2650
37 - Engenharia Química e Industrial - Graduação	2,3899	1,0346	0,9025	1,5046	0,7106	0,7943	0,73881
75 - Administração - Mestrado ou Doutorado	2,5269	1,0710	0,5718	1,0115	0,6104	0,2886	0,6047
76 - Ciências Econômicas e Contábeis - Mestrado ou Doutorado	2,6733	1,0158	1,2775	0,9455	0,8802	0,3596	0,9385
67 - Teologia - Graduação	3,1944	0,8317	2,1962	0,3996	1,9928	4,7996	2,02269
13 - Outros de Ciências Agrárias - Graduação	3,2857	0,9835	0,4014	1,1177	1,1935	1,0737	1,0772
39 - Engenharia - Mestrado ou Doutorado	4,4310	1,0815	0,7156	0,9222	0,4922	1,8833	0,5250
43 - Geologia - Graduação	4,6268	0,9916	0,5865	0,6164	1,2336	0,0000	1,1385
46 - Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas - exclusive Engenharia - Graduação	4,7352	0,9866	1,4840	0,8272	1,0407	0,8395	1,1057
34 - Engenharia Civil - Graduação	5,3152	1,0226	0,5151	1,1645	0,9076	0,6239	0,8499
11 - Agronomia - Graduação	6,8995	0,9866	0,5554	1,8965	1,0129	0,5186	0,9457
38 - Outros cursos de Engenharia - Graduação	8,6047	1,0413	0,5682	2,4760	0,5248	0,6795	0,5311
35 - Engenharia Elétrica e Eletrônica - Graduação	11,4936	0,9988	0,8861	2,4192	0,7604	2,0324	0,7788
36 - Engenharia Mecânica - Graduação	24,6099	1,0347	0,7057	2,1751	0,5973	0,6045	0,6132
91 - Militar	65,0323	0,9771	0,9239	0,1872	1,3170	0,5012	1,2592